



ATA N.º 49/XII-3º/2019-20

1 - Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte, pelas 21H15, no Pavilhão do Complexo Municipal dos Desportos, sito na Alameda Guerra Junqueiro, nº 35, no Feijó, realizou-se a terceira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de junho da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

(continuação)

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da CMA relativo ao exercício de 2019”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2019”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da Wemob relativo ao exercício de 2019”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU de Porto Brandão”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU da Cova da Piedade”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU de Almada”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU da Trafaria”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Local de Integração Comunidades Ciganas de Almada”;

3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adesão ao Fórum Europeu para a Segurança Urbana (FESU)”;

3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento Geral de Estacionamento, Paragem e Circulação na Via Pública”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; Inês Pezarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Fátima Maria da Silva Nogueira Marras; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Sílvia Maria Mendes de Sousa e José Ricardo Dias Martins.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues (PS), Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS), José Manuel Maia Nunes de Almeida (CDU), Bruno Ramos Dias (CDU), Elisabete Peres Pereira (CDU), Nuno Miguel Costa Gonçalves (CDU) José Gabriel Guiomar Joaquim (CDU e Marina Alexandra Pereira Lopes (PSD) informando da impossibilidade de estarem presentes e pedindo a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS), André Macedo Soares Ferreira (PS) por impedimento da cidadã Sr.ª Carina Manuela Silva Mendes Rocha de Sousa, Mara Rita Silva Martins (CDU), António José Olaio da Silva CDU por impedimento de Jorge Miguel Oliveira Feliciano, de Mário José de Sousa Pedroso e de Andreia Sofia Fernandes Egas, António Abrantes de Almeida (CDU) por impedimento de José Augusto Tavares Oliveira e de Joana Tavares Reis Raposo, Fernanda Maria Amaro Tavares (CDU) por impedimento de José João Santos da Mata e de Aurora da Conceição Marques de Almeida, Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU) por impedimento de Tiago André Emídio de Sousa Martins, de Vânia Sofia de Frias Gonçalves da Cruz, de Jorge do Carmo Ventinhas Pé-Curto, de Cláudio Nuno dos Reis Silva e de Maria do Carmo Costa Frade Cândido de Almeida, Nuno Ricardo Dominginhos (PSD).

4.1.2 – O Senhor Presidente da União da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Sr. Ricardo Jorge Cordeiro Louçã (CDU) solicitou a sua substituição pelo eleito João Fernando Filipe Marcos (CDU), a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, Teresa Paula de Sousa Coelho (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Patrícia Mónica de Carvalho Gancho Brito (CDU), o Senhor Presidente da União da Junta das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, Sr. Pedro Miguel de Amorim Matias (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Alda Maria Correia Mendes Fidalgo (PS) e o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó, Luís Filipe Almeida Palma (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Anabela de Matos Tavares.

4.1.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta do Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind).

4.2 - O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do senhor Vereador Luís Filipe Pereira em substituição da Senhora Vereadora Joana Mortágua.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usaram da palavra as Senhoras Múncipes Maria Cármen Ramos e Inês Apolinário.

5.1.1 – A Senhora Múncipe Maria Carmen Ramos:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em dezembro de 2018, após proposta de requalificação da Escola Básica Maria Rosa Colaço, foram mobilizados para monoblocos (vulgarmente conhecidos como contentores), na EB Chegadinho os alunos, docentes, assistentes operacionais, pais e encarregados de educação, com o compromisso por parte da Câmara Municipal de Almada de que as obras teriam a duração de cerca de 1 ano.

Em janeiro de 2019, a EB Maria Rosa Colaço, iniciou o 2º período nos referidos monoblocos, onde se mantem até hoje (há já um ano e meio)! Neste momento o que se verifica é a paragem das obras desde outubro de 2019, o que nos deixa extremamente preocupadas. Os monoblocos e espaços exteriores, foram humanizados pelo corpo docente, de forma a permitir aos alunos um local mais apelativo para aprender e estar, não obstante estarmos juntos com a Escola do Chegadinho, com excesso de alunos e com pouco espaço para ambas as Escolas. O espaço exterior, já por si reduzido (duas escolas a partilha-lo), não apresenta proteção contra os elementos naturais (sol e chuva). Crianças, alunos, docentes, assistentes operacionais, todos se deslocam à chuva para se dirigirem ao refeitório, ao ginásio, as casas de banho, a biblioteca e outros espaços da Escola do Chegadinho. De seis em seis meses, o corpo docente e não docente é obrigado a retirar todo o material dos monoblocos, material pessoal, trabalho dos alunos, dossiers, material didático para o ensino das experiências, das ciências experimentais, do português, da matemática, enfim, muito material, com a indicação de que a contrato dos monoblocos esta a terminar e que serão retirados. Ora, esta situação verificou-se em julho de 2019 e em setembro estavam exatamente no mesmo sitio os mesmos monoblocos e os nossos materiais todos dentro do



71

ginásio da Escola do Chegadoinho. As docentes e assistentes operacionais e as professoras, voltaram a colocar todo o material no interior dos monoblocos, tornamos a humanizar o espaço. No presente momento o procedimento referido anteriormente repete-se, estando as docentes em período de avaliação e considerando que a Componente de Apoio a Família e Atividades de Animação, e Apoio a Família, se encontram em funcionamento com crianças e alunos, a realizar atividades no referido espaço, consideramos não estarem reunidas as condições para proceder, mais uma vez, a este constrangimento. Relembramos que desta forma, nos obrigam a desrespeitar as diretrizes emanadas pela Direção Geral de Saúde, colocando em risco a saúde de todos. Questionamos para quando a finalização das obras na EB Maria Rosa Colaço, devolvendo à nossa comunidade escolar as condições que merecem e a dignificação de um serviço público de qualidade, que sempre prestámos.”

5.1.2 – A Senhora Múnicipe Inês Apolinário:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vivo na Charneca de Caparica, na Aroeira, venho aqui em representação de um grupo que passo a apresentar. Somos um grupo ainda informal. Cidadãos preocupados com o destino do riquíssimo património social e ambiental do nosso Concelho. E vemos com muita apreensão uma investida irracional em curso na Fonte da Telha, por decisão deste executivo camarário. Decisão absolutamente incompreensível pela forma como está a ser executada. Numa espécie de movimento secreto, carregado de imprecisões e falsas informações, contestadas por especialistas com demasiadas responsabilidades e estudos para serem ignorados. Décadas de estudos, avanços e recuos, para decisões mais equilibradas, para agora culminar na negação incompreensível da tomada em mãos deste processo, por parte do Poder Central, que termina afinal na passagem de responsabilidades e jurisdição ao Poder Autárquico disfuncional e sorrateiro instalado em Almada. A Autarquia, que informa as populações com verdades tão permeáveis como afirmam ser o alcatrão. Com meias informações, em panfletos enganadores, sem menção ao enorme impacto social e ambiental que esta obra vai indubitavelmente provocar às mesmas populações que a Câmara Municipal afirma ter avisado. Permitir ou provocar que o debate público ocorra nas redes sociais enquanto a obra decorre, é revelador de despotismo e demonstra uma quase incrível falta de sentido democrático, falseando o conceito de participação. Quase, porque já nos habituamos a que estas forças políticas que integram este executivo o façam descaradamente. Mas nenhuma população pede para ser desinformada. Este triste caso da Fonte da Telha, lembra o Freeport no Montijo, à ultra exclusiva Troia, à Herdade da Comporta em Grândola. Podemos ainda enumerar o aeroporto do Montijo e da sua inacreditável aprovação da Agencia Portuguesa do Ambiente. Ao da permissão para o aumento da exploração do eucalipto e das culturas hiper intensivas no Alentejo, Interior e Litoral. Mais, acrescentamos a forma como esta Câmara Municipal cedendo os interesses da REN, se preparar para enterrar a Linha de Muito Alta Tensão de baixo dos pés das populações da Charneca de Caparica, descurando o possível impacto na saúde das pessoas que lá habitam. O caso que nos traz aqui, o alcatroamento do acesso sul na Fonte da Telha, não pode ficar só retido na discussão técnica de premialidade, de semântica ou de opinião pouco mais do que leigas de quem toma estas decisões. O que realmente interessa é o impacto no frágil ecossistema dunar posto em causa por esta agressão violando as normas ambientais bem como o quanto a Autarquia está a esconder à população de Almada no que respeita a este projeto. Propõe soluções mais positivas, permeáveis e harmoniosas na alteração da paisagem. Como é o exemplo da Lagoa de Albufeira. Sugere-se que os recursos e a atenção nos locais da Orla Costeira de Almada, recaem sobre melhoramentos da atividade piscatória, na concretização de melhoramento das condições de trabalho dos pescadores, requalificando a lota, reforçando os apoios à pesca como o porto de abrigo na Cova do Vapor, entre outros bem com encontrar soluções de maior integração das comunidades locais defendendo a sua fixação no local, onde construíram a sua história de vida. Para nós, o cruzamento entre os valores ambientais e paisagísticos com a defesa destas populações e das suas atividades económicas, devem ser a máxima de qualquer execução nestas áreas tão sensíveis, rejeitando a qualificação deste espaço sobre os princípios do turismo e especulação imobiliária. A paisagem e o habitat natural das espécies, e as comunidades locais costeiras, continuam e continuarão a fazer parte da nossa identidade. E é esta identidade que temos de defender, protegendo-a da sua potencial aniquilação pelos interesses económicos dominantes. Mas não é este o caminho que esta Câmara Municipal está a seguir. E se



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

não são as populações o seu principal interesse, então qual a dívida e dependência que este executivo tem com os interesses económicos que são capazes de sacrificar a identidade de um povo e a morte de uma paisagem.”

5.2 - Em resposta ao Senhor Município, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU), o Senhor Vereador João Couvaneiro e a Senhora Presidente da Câmara Municipal e ainda o Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Se me permitir Senhor Presidente da Mesa, eu passaria a palavra para a primeira questão que foi colocada sobre as obras da Escola Maria Rosa Colaço, já tive a ocasião de falar um pouco lá fora com todos os representantes e admirar de facto, o coração e o amor à Escola e acreditem que é partilhado e a nossa grande impaciência também relativamente a essa obra. Mas se me permitem passaria a palavra ao Senhor Vice-presidente, que tem acompanhado mais de perto e depois se for necessário acrescentar algo mais relativamente às obras terei todo o gosto.”

5.2.2 – O Senhor Vereador João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós começamos este mandato na Câmara Municipal de Almada, com um problema semelhante a este que vivemos na Escola Maria Rosa Colaço, que foi um problema relacionado com uma escola na Charneca de Caparica, que também apresentava muitas dificuldades quanto à conclusão de projeto, por motivos vários, desde logo uma situação que tinha a ver com flutuações naquilo que era o mercado e o mercado da construção civil, e com os impactos que isso teve depois quanto àquilo que foi a capacidade de realização por parte da empresa que tinha ganho o concurso para a realização daquela escola. Aquilo que temos neste contexto, sendo o resultado parecido é um processo ligeiramente diferente, e eu quero dizer que, como disse a Senhora Presidente, temos a mesma preocupação, a mesma impaciência, a mesma vontade de ver o problema resolvido, se bem que há coisas que nos ultrapassam. E as coisas que nos ultrapassam, são por exemplo, o facto de tratar-se de um projeto e de um concurso que foi adjudicado ainda por ocasião do anterior executivo, que segundo a empresa e não estou a dizer que tenha sido mal adjudicada, ainda bem que foi adjudicado, mas que segundo a empresa e também os serviços da Câmara Municipal, enfermava de vícios e problemas, que eram problemas por um lado estruturais relativamente aquilo que é a qualidade da construção do edifício, como também problemas funcionais relativamente ao espaço enquanto espaço escola. E por isso, tivemos aqui uma série de contratempus que eu terei todo o gosto em explicar, aliás, temos procurado ter alguma abertura, a abertura que é possível com os elementos que temos, mas eu quero sistematizando aqui um bocadinho aquilo que foi o caminho que percorremos relativamente a este aspeto. A obra foi adjudicada como disse, esteve à espera cerca de um ano do visto do Tribunal de Contas, e isso atrasou todo o processo e este visto do Tribunal de Contas, permitiu apenas que a obra tivesse já início no nosso mandato em 2018. Quero dizer-vos também, que a solução dos monoblocos, não é uma solução que nos agrada, mas, é a solução possível num Concelho onde a rede escolar está no limite daquilo que é a sua capacidade para acolher novos alunos. E sabemos que temos ainda situações de escolas onde temos turmas em regime duplo, quer no 1º Ciclo, quer no Pré-Escolar. Explicando também algum do caminho que foi feito, houve trabalho realizado pelo Departamento de Obras em ligação à empresa e foi-se verificando com quem está na escola pode testemunhar melhor do que eu, um gradual abandono por parte da empresa da obra na escola. E, houve para isso uma série de contactos que foram feitos, inclusive, para tentar dirimir este assunto promovi no meu próprio gabinete, uma reunião entre os nossos serviços, a empresa, o advogado da empresa, para tentarmos chegar a uma solução tão rápida quanto possível. Essa solução infelizmente, escapou do nosso alcance, acreditamos que por algum conjunto de atitudes por parte da empresa, que não nos parece que seja aqui o espaço mais ajustado para comentar, mas que nos levantaram enormes dificuldades. A questão dos monoblocos como dizem e muito bem, o concurso que foi feito para a colocação destes monoblocos, foi um concurso que foi feito, visando aquele que foi o prazo renegociado e reajustado para a conclusão da obra. E mesmo relativamente a isso, havia um entendimento diferente do dos nossos serviços daquele que a empresa tinha e, portanto, temos aqui de facto, uma questão problemática, porque com toda a transparência e toda a lealdade, não é um assunto que vá ser simples de resolver. E, portanto, com toda a



JK

lealdade porque não me interessa estar a dizer-vos coisas que não sejam tão reais quanto possível e com o conhecimento que temos neste momento de todas as variáveis desta equação, quero dizer que, não temos neste momento garantia de que a empresa tenha condições para concluir a obra. Não temos essas garantias, E isto custa-nos muito e estamos a esgotar todas as possibilidades para que esta empresa possa concluir a obra. Porque sabemos que, se não poder ser feito com esta empresa, o processo se vai atrasar ainda mais. Mas queremos esgotar todas as possibilidades para concluir esta obra desta forma, tal como fizemos com a empresa da Charneca de Caparica e foi conhecido de todos os Senhores que estão presentes nesta Assembleia Municipal, as dificuldades que isso representou. Quero dizer-vos que relativamente às questões que são justas, que aqui são colocadas, relativamente à questão dos monoblocos, foi pedido a determinada altura para retirarem as coisas porque havia o final de um contrato de alocação daqueles monoblocos. E havendo o final desse contrato, tinha que ser lançado um outro concurso e não havia garantia de que fosse a mesma empresa a ganhar o concurso, como depois acabou por acontecer. O que é que efetivamente podemos fazer neste momento de final de ano letivo, para criar melhores condições para o próximo no letivo? Tentarmos ter um concurso para alocação de monoblocos que garanta estabilidade e sabemos que é isso que pretendem, que garanta estabilidade pedagógica, de funcional também na escola, e por outro lado, tentarmos criar as melhores condições que pudermos proporcionar às Senhoras Professoras, à Comunidade Educativa como um todo e naturalmente aos alunos para que possam desenvolver o melhor possível os seus processos de aprendizagem. Por isso, fica aqui naturalmente o compromisso para tentarmos em primeiro lugar, esgotar todas as possibilidades para que seja esta empresa a realizar aquela obra. Em segundo lugar, para tentarmos lançar um concurso para alocação de monoblocos, porque a escola mesmo que a obra começasse agora não estaria concluída a não ser a meio do próximo ano letivo, e sabemos que infelizmente, não estamos em pé de acreditar que a empresa comece amanhã, pelo contrario e também, como terceiro compromisso com as Senhoras que aqui estão presentes, a possibilidade de nós tentarmos encontrar forma de mitigar problemas que aqui foram sinalizados e que reconhecemos na Escola do Chegadinho e noutras, que são problemas que dizem respeito à questão da chuva quando chove, ter espaços de abrigo e sombra e portanto, esse trabalho, naturalmente, os serviços da Câmara Municipal, do Departamento de Educação e Juventude, farão esse trabalho para tentar que no próximo ano letivo as condições sejam as melhores condições possíveis. Depois queria apenas convidar-vos para um aspeto, eu tenho estado em contacto com a Senhora Diretora do Agrupamento, hoje tentou ligar-me por duas vezes e apanhou-me por duas vezes em reunião, mas eu sei que uma das coisas que gostariam era que tivéssemos uma reunião, porque já troquei um conjunto de mensagens com a Senhora Diretora do Agrupamento, e com todo o gosto farei essa reunião, naturalmente acho que faz sentido ser com a Senhora Diretora do Agrupamento e com a Senhora Coordenadora de estabelecimento, mas estou como sempre estive aberto para podermos conversar, para encontrar aquelas que forem as melhores soluções para um problema que como digo, não é fácil de resolver. Mas que estamos a esgotar todas aquelas que são as possibilidades legais e formais, para que possamos levar ao intento das Senhoras Professoras e ao nosso, a concretização daquela obra.”

5.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu por uma questão de tempo relativamente à questão da escola Maria rosa Colaço não vou repetir, como disse já tivemos a ocasião de falar um pouco lá fora. Relativamente à intervenção da Senhora Muniçipe Inês Apolinário, respeitando a sua opinião e posição permita-me discordar de grande parte do que disse. Em primeiro lugar, não aceitar nada do que este executivo faz, é disfuncional e muito menos sorrateiro. A falta de sentido democrático não é em nós certamente que o encontrará, nós estamos aqui graças à democracia e não terá maior defensor do que a democracia. Relativamente à falta de diálogo. Permita-me lhe dizer que há um aspeto na sua intervenção com o qual eu concordo perfeitamente. De facto, foram décadas de estudos, e durante essas décadas, o que é que aconteceu à Fonte da Telha? Foi deteriorando-se cada vez mais. O que é que aconteceu à duna primária? Foi desaparecendo cada vez mais e cada vez mais havia mais carros sobre aquela duna, mais autocarros sobre aquela duna e estar a dizer que há um desrespeito pela população, quando nós sabemos o quanto a população da Fonte da Telha, se há população que concorda com aquela obra, é a população da Fonte da Telha. Porque a população da Fonte da Telha e com razão, tem sentido que há décadas que é abandonada e deixada à sua sorte. E todos os trabalhos que diz e tem toda a razão, há que melhorar a lota, há que criar



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

condições para a comunidade piscatória, tudo isso. Permita-me que lhe diga, que não fomos nós que anulamos um Plano de Pormenor sobre o qual aliás, eu tenho a maior das dúvidas e que foi anulado ainda no anterior mandato, somos nós que estamos a relançar todo o trabalho do Plano de Pormenor para a Fonte da Telha. Somos nós que estamos a tomar todas as medidas para poder cumprir o POC a todos os níveis, seja ao nível das habitações ilegais, seja ao nível dos estabelecimentos que estão sobre da duna, todos esses estudos estão a ser feitos. Mas também relembro, que a Fonte da Telha é a praia que mais gente tem, é a segunda maior praia do país. E que há também medidas de segurança que têm que ser tomadas. E se for lá visitar a obra que eu espero que tenha ido, verifica o que a obra trouxe. Trouxe uma via ciclável e pedonal, para impedir que os carros vão até à duna, estão a ser instaladas agora as sulipas para impedir que os carros, mesmo assim vão pela duna, porque as pessoas ainda não respeitam aquela via especial e garanto-lhe uma coisa, daqui a um ano terá uma duna primária como há muitos anos não tem na Fonte da Telha. Portanto, nada é sorrateiro, foi tudo feito em articulação com as entidades responsáveis, há registos disso, nós inclusivamente visitamos no local com a Agência Portuguesa do Ambiente, visitamos as outras obras com o ICNF, apesar de ser a nossa responsabilidade. Estar a comparar a obra da Fonte da Telha com o Olival Intensivo, permita-me que lhe diga, é uma liberdade de discurso bastante ampla, digamos assim. Tem em mim a maior das críticas sobre o que está a ser feito no Alentejo e no Olival Intensivo. Portanto, se quiser o meu apoio para essa causa, tem-no já e até a convido a ver, já que falou de redes sociais, pode ver as minhas redes sociais, tem lá a minha posição muito clara sobre isso. Mais uma coisa, o pavimento que foi posto, é o pavimento que está previsto no POC, foi o pavimento aprovado pelo ICNF, eu não vou voltar a ler tudo como já li na primeira reunião, mas tenho todo o gosto em mostrar-lhe todos os documentos onde isso está previsto. Ao mesmo tempo que estamos a fazer isso, estamos aliás, como o Senhor Ministro do Ambiente ele próprio já anunciou, estamos a trabalhar, aí sim, criar um verdadeiro Plano de Pormenor, estamos a fazer os estudos das incidências ambientais e certamente os resultados serão surpreendentes.”

5.2.4 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu utilizo a palavra neste período não para responder a nenhum Senhor Município, mas para responder à Senhora Presidente da Câmara Municipal. Senhora Presidente da Câmara Municipal, tem que de uma vez por todas falar verdade, porque não fala verdade. E é pena porque o Município de Almada tem muitas décadas de trabalho na Costa da Caparica, é verdade, mas na Fonte da Telha em particular. E a Senhora Presidente da Câmara chega aqui e diz que agora que está aqui há três anos foi ela que resolveu os problemas todos, resolveu e fez. É mentira. É mentira. E isso é documentável que é mentira. Senhor Presidente, independentemente daquilo que aqui foi dito, eu reitero aqui em nome do grupo municipal da CDU, o pedido de informação que nós aqui fizemos na passada sexta-feira e que os Senhores/as Vereadores/as eleitos pela CDU, já fizeram três vezes à Senhora Presidente da Câmara e que até agora não houve nenhuma resposta. Nós temos o direito, somos eleitos, temos o direito ao acesso a toda a documentação, toda sem exceção, deste processo. Não percebemos, não conseguimos entender, como é que um processo destes, que tem alcatrão metido em cima da duna primária da Fonte da Telha, não nos foi facultado toda a documentação, toda a documentação, permitiu que uma intervenção desse tipo tivesse sido feita na Fonte da Telha. Até hoje nem um único documento nós recebemos e temos o direito de o receber.”

5.2.5 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhores/as Deputados/as Municipais;

Claro que o Senhor Deputado Municipal João Galdes interveio em esclarecimento da Senhora Município, porque senão não poderia intervir neste período da nossa agenda. Portanto, ficará também esta minha declaração na Ata para contextualizar o sentido da sua intervenção.”

5.2.6 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só espero as provas de tudo o que fizeram para a Fonte da Telha, porque, que nós tenhamos conhecimento não há nada. Fizeram um Plano de Pormenor que anularam. Fizeram um Plano de Pormenor que anularam em



decisão de Câmara. Portanto, fora isso, ainda estamos todos à espera para perceber o que é que os Senhores fizeram para a Fonte da Telha. Mas estou absolutamente disponível, já que diz que tem documentação, Senhor Deputado Municipal João Galdes, que é tão exato sempre nas suas declarações como todos nós sabemos, estamos também à espera e terão toda a documentação, não se preocupem. Sempre tiveram a documentação. Teremos ocasião para falar isso, eu sei que adotaram uma atitude sistemática de chumbo. Mas estejam descansados que não têm razão para tal. E quanto a mentiras, Senhor Deputado Municipal, não vamos entrar aqui num elencar de mentiras, até a começar pelas suas próprias intervenções, olhe que não lhe fica bem. Portanto, não lhe admito, e digo-lhe mais, não admito e não o autorizo que ponha em causa a minha palavra.”

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia, para continuação da reunião de dia 26 de junho.

6.1 – Para dar continuidade ao debate em conjunto dos pontos 3.1, 3.2 e 3.3 da ordem do dia, usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Artur Alfama (PAN), João Galdes (CDU), António Olaio (CDU), José Lourenço (CDU), João Marcos (CDU), o Senhor Vereador Nuno Matias e a Senhora Presidente da Câmara.

6.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A discussão deste ponto já vai longa, no entanto, gostaríamos de deixar aqui uma breve posição. Estas contas que hoje aqui são apresentadas à discussão, representam a execução de um orçamento que aprovamos, aprovamo-lo com algumas reservas, como na altura referimos, não as vamos repetir nesta fase, tendo, no entanto, essas mesmas reservas em conta na aprovação do próximo orçamento. Relativamente à situação das finanças municipais, fazendo aqui um apontamento também muito breve, de referir que mais um ano passou e continuamos sem evoluir para o sistema contabilístico SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilista para Administrações Públicas, continuamos em POCAL – Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais, este não é um problema exclusivo da Administração Local, sabemos que as finanças públicas em Portugal são um assunto complicado ao ponto de, creio eu, quando estiver concluída a reforma de finanças públicas, se calhar já vamos precisar de outra. E isto é particularmente grave num país que tem a dívida pública como nós temos e que depois como nós sabemos no Parlamento se diz que nem sequer um balanço conseguimos fazer do património do nosso país, porque segundo consta é muito complicado. Logicamente não é esse o assunto que aqui nos traz, o assunto que aqui nos traz são as contas do Município, felizmente, apesar de continuarmos a relatar em POCAL, conseguimos ter um balanço e uma demonstração dos resultados e sobre essas e em particular sobre as contas da Câmara Municipal de Almada, verificamos que houve aqui algum esforço na resolução de certas questões que estavam realçadas no Relatório de Auditoria do ano anterior e que nomeadamente, constituíram factos para reservas dos Auditores, estou a falar da situação nomeadamente a situação da CostaPolis, que não estando resolvida o facto de ter saído do Relatório da Auditoria, nos dá o conforto que foram dadas todas as explicações necessárias para que não constasse essa dúvida. Também agradecer a disponibilização este ano de um relatório um bocadinho mais detalhado que nos permitiu ter aqui algumas informações adicionais, não sendo dignas de reserva em Relatório de Auditoria, são, no entanto, objeto e devem ser objeto de alguma cautela por parte da Câmara Municipal, estou a falar nomeadamente, nas limitações do sistema de controlo interno, no facto de, na transição do sistema POCAL para o SNC-AP existirem aqui algumas diferenças, algumas divergências que podem levar a que sejam criadas novas imparidades nas contas do Município, as próprias reconciliações bancárias que têm 450.000.00€ (quatrocentos e cinquenta mil euros), de itens com alguma antiguidade, mas no geral não temos grandes observações a fazer em relação às contas da Câmara Municipal. No caso dos SMAS, a situação infelizmente é um bocadinho diferente, porque há aqui alguns factos que, penso que merecem preocupação por parte dos serviços. Nós temos a parte central e a gestão central das contas dos SMAS, que são obviamente as dívidas e as contas a receber dos utentes, e neste particular é identificado uma diferença entre o molde de gestão e a contabilidade no valor de 421 milhares de euros. Pior ainda, as imparidades que estão valorizadas em 4.749.000.00€ (quatro milhões, setecentos e quarenta e nove mil euros), não foi possível que os Auditores as conseguissem validar. E na nossa perspetiva, é muito importante que o saldo que temos na contabilidade corresponda efetivamente a valores recebíveis, porque no fundo o valor da imparidade que é colocado em causa, estes 4.749.000.00€ (quatro milhões, setecentos e quarenta e nove mil euros), ao não ser validado pelos Auditores, nós não sabemos exatamente dos



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

13.000.000.00€ (treze milhões de euros) que estão na contabilidade, qual é o valor efetivamente que o Município tem a receber. E sendo este um aspeto tão central da gestão dos SMAS, é importante que venha a ser apurado e que venha a ser feito algum trabalho no sentido de, primeiro permitir apurar com exatidão qual é o volume de imparidades no Município, e depois acertar o saldo contabilístico ao saldo de molde de gestão porque estamos um bocadinho a gerir as contas dos utentes sem saber bem o que é que lá está dentro. Eu sei que isto é complicado, sei a complexidade que está aqui colocada em causa, eu próprio como utente já tive dificuldades no passado em pagar as minhas contas por um problema com a autorização bancária, depois não me foi possível e andei ainda durante algum tempo para conseguir regularizar a situação, portanto, eu sei da complexidade destas situações. No entanto, penso que é fundamental que esta gestão de cobranças seja feita de uma forma mais efetiva. Também a somar a estes 420.000.00€ (quatrocentos e vinte mil euros) de imparidades temos depois potenciais imparidades pela diferença entre o molde de gestão e saldo contabilístico, temos também um valor de 328.000.00€ (trezentos e vinte e oito mil euros) que não foi possível validar, em relação às faturas em receção e conferência e depois também no imobilizado em curso que os Auditores também não conseguiram validar. Portanto, estamos a falar de alguns milhões de euros, e é importante que seja feito um trabalho aqui de maior profundidade, porque logicamente, contas certas é uma coisa de que todos nós nos devemos orgulhar. Depois um aspeto final de uma menção que é feita no Relatório da Auditoria e que era perfeitamente desnecessária, que tem a ver com um processo intentado pela entidade Alexandre Barbosa Borges S.A, com um valor de 1.888 milhares de euros, esta menção não seria necessária no Relatório da Auditoria se tivesse sido objeto de divulgação no Relatório e Contas, dado que, segundo consta ela está classificada como possível mas não provável, e bastaria essa pequena atenção de a colocar e a divulgar no Relatório e Contas para que não tivesse que haver esta menção por parte dos Auditores que assim se estão a substituir a uma divulgação que deveria ter sido os SMAS a fazer.”

6.1.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta questão de termos um intervalo de dois dias entre o aceso do debate e agora a conclusão, permite também revisitarmos muitas das coisas que foram ditas e até o teor das intervenções de cada força partidária aqui presente. Quero agradecer todos aqueles que salientaram como acaba de fazer aliás, o Senhor Deputado Municipal Artur Alfama, casos concretos, de uma leitura atenta do Relatório de Contas, quero também agradecer inclusivamente, observações que foram feitas pela Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa, com questões muito concretas, que por exemplo, no caso da WEMOB, eu quero lembrar aqui que os tais 6.000.00€ (seis mil euros) de diferença devem-se entre o facto de durante um mês, quase dois meses não ter havido Presidente do Conselho de Administração e isso cria obviamente aqui uma diferença. E todas as observações que são feitas e com razão de ser e que nós até aprendemos com essa questão. Mas depois há outras intervenções que eu acho absolutamente extraordinárias e aqui permitam-me, não deixa de ser curioso e até algo chocante, as intervenções que foram aqui feitas por parte da CDU, até com as responsabilidades de tantos anos que teve neste Município. E é curioso ver, já estamos no terceiro Relatório de Contas, e no terceiro Orçamento, e nunca há uma palavra, nada, nunca há uma palavra sobre educação, nunca há uma palavra sobre as obras, nunca há uma palavra sobre o território, nunca há uma palavra sobre os recursos humanos, nunca há uma palavra sobre a juventude, sobre a cultura também não há, a não ser nas redes sociais, fugindo declaradamente e assumidamente à verdade, não há. E mesmo a ação social, resume-se à questão do associativismo que também a CDU tem dificuldade em definir, porque começa por considerar que Associações de Pais não são associações e, portanto, acaba por dizer que há associações de primeira e associações de segunda. Sobre a habitação então temos declarações absolutamente extraordinárias que é, porque é que foram comprar habitações que não servem para nada. E, portanto, na visão da CDU, comprar habitações onde residem pessoas que vão ser despejadas se não forem compradas, é algo que não serve absolutamente para nada. Para não falar de então aí, e é curioso vindo de alguém que passa a vida a acusar as pessoas de serem fascistas, estado novo, mentirosas, as afirmações absolutamente extraordinárias sobre o rácio de dirigentes na WEMOB em função dos trabalhadores. Permita-me que lhe diga que em cento e doze trabalhadores há nove dirigentes. Portanto, o tal rácio de um dirigente para dois trabalhadores, eu sei que os Senhores também não sabem fazer contas, mas não é muito difícil perceber que mais uma vez não corresponde de todo em todo à verdade. Mesmo



JK

em relação ao investimento, as coisas são extraordinárias e mais até publicam vídeos, a dizer coisas que sabem que não correspondem à verdade e que são declaradamente falaciosas. E eu devo dizer, que uma coisa é percentagens outra coisa são montantes. E quando se fala da execução das Grandes Opções do Plano, em questão de percentagens, esquecem-se de omitir que estamos a falar de montantes muito superiores do que aqueles que foram nos anos anteriores. A questão é a percentagem. Eu devo dizer, que há um mecanismo, todos os Senhores/as Deputados/as Municipais e Senhores/as Vereadores/as conhecem que é, há um orçamento inicial, e depois quando se fecha as contas, como estamos agora aqui a fazer, há revisões orçamentais onde se introduz o saldo de gerência. Eu tenho muito gosto em saber que do orçamento inicial, executamos mais de 100%, executamos 103% do inicial. Com a introdução do saldo de gerência lançam-se novos investimentos, permite lançar novos procedimentos, e mesmo assim, estamos muito acima de qualquer outra execução que tenha havido. Dizia a CDU que a percentagem da nossa taxa de execução foi de 74% o que é muito baixa. Mas o que não refere, é que isto significa em termos de valor de 52.000.000.00€ (cinquenta e dois milhões de euros). E já agora, quanto é que foi em 2015? Eu posso vos dizer, foi de 39.000.000.00€ (trinta e nove milhões). E em 2016 foi de 47.000.000.00€ (quarenta e sete milhões). E, portanto, foi a maior execução que existe. E depois há outras questões, é que o nosso investimento é investimento real. Ou seja, quando a Câmara Municipal põe como investimento, um empréstimo que depois passa aos SMAS para os SMAS investirem, está a fazer uma coisa, está a contabilizar duas vezes o mesmo investimento. Porque nós sabemos que os 3.500.000.00€ (três milhões e quinhentos mil euros) que o executivo da CDU introduz no investimento, não foram para a Câmara Municipal, foram para os SMAS. E os SMAS estão a pagar esse empréstimo que a Câmara Municipal fez. Mas aqui também, são as tais artimanhas contabilísticas que nós temos estado uma a uma a desfazer, seja em rubricas, por exemplo, não houve aquisição de viaturas, e, portanto, no investimento de aquisição de viaturas estava a manutenção, toda a manutenção dos parques, mudar faróis, mudar velas, tudo isso era contabilizado como investimento, mas aqui também, dava jeito porque assim podia subir o investimento. Sem contar que por exemplo, a comparticipação para o FAM. Eu tenho dúvidas dessa comparticipação como investimento como eu penso que os Senhores têm, mas tem vindo a diminuir ou os Senhores punham como investimento também e está certo, nós também o fizemos no primeiro ano o Metro Sul do Tejo que era 1.000.000.00€ (um milhão de euros). Como o deixamos de pagar, esse milhão foi para a concretização exata, foi para um investimento direto. Já agora, também contabilizaram como investimento a compra da EDP, da central de camionagem sem qualquer projeto. E a coisa mais extraordinária, contra o parecer dos próprios serviços. Que disseram: “não compre, não dá, não serve”. E eu tenho esse parecer dos serviços. Mas os Senhores compraram. Compraram sem projeto, edifícios que precisam de imensa reabilitação e que estamos nós agora, a tentar e a lançar concursos e a tentar dar-lhe sinal. Portanto, a versão do que é que é um investimento para a CDU? Sinceramente não sei. São artimanhas contabilísticas. No nosso caso, eu acho que não há um único almadense que não veja os investimentos nas ruas, que não veja os investimentos nos parques, que não veja os investimentos a acontecer e os edifícios a serem reabilitados, e as escolas a serem pintadas, esse é o investimento que interessa e esse é o investimento que os almadenses veem, tirando obviamente a CDU. Ouvir falar a CDU, da degradação de equipamentos e máquinas, é absolutamente extraordinário, quer dizer, nós estamos num pavilhão, que nunca teve manutenção desde o seu início. Desde a sua inauguração, nunca. Eu convido os Senhores/as Deputados/as Municipais e nós estamos a reabilita-lo, a ir ver e aliás, já mostrei as fotografias do estado das caldeiras, que até fita cola tinham para atar os canos. Dizer que nós não investimos em equipamento e máquinas, quando investimos 4,3 milhões de euros e está no Relatório. Senhores Deputados Municipais, já para não falar da falta de investimento da cultura, isso então é absolutamente extraordinário. O investimento da cultura que bateu todos os recordes, lembrando aliás, que grande parte do investimento que faziam era no Sol da Caparica, e também havia aquela coisa que não sabiam quanto e que tinha custado, está no Relatório. Está no Relatório, na rubrica Senhor Deputado Municipal João Galdes, e está um investimento associado de 90.253.00€ (noventa mil, duzentos e cinquenta e três euros). Ex os custos do Sol da Caparica. Por fim, quero dar aqui uma palavra muito importante, porque certamente estou a esgotar o meu tempo, de lembrar a nossa preocupação de facto, com a situação da ECALMA/WEMOB. É uma empresa que estava em plena expansão, numa altura de grande investimento, de grande qualificação dos serviços e que de facto, a nossa preocupação é este ano, não é o ano passado. E essa preocupação, é real. E estamos todos, a batalhar muito e reafirmo aqui o compromisso de fazer tudo para salvar os postos de trabalho e a empresa em causa. Uma última nota e peço desculpa se não respondi a algumas das questões. Relativamente ao SNC-AP. O SNC-AP que estava pronto o ano passado, mas



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

até por questões da DGAL, que andou a alterar normas, tivemos que suspender. Portanto, só entrou realmente em atividade na nossa contabilidade este ano, em 2020, ex razão pela qual as contas de 2019, ainda estão em POCAL. E aliás, já também lançamos todos os estudos e contratamos quem nos ajudasse a fazer uma avaliação de todo o nosso património na nova concessão do património que o SNC-AP exige. E, portanto, todo esse trabalho está a ser feito, como diz e bem, é complicado, demorou muito tempo, o Município estava pronto para o implementar, e só não o podia fazer porque as regras finais não estavam ainda em funcionamento. Senhores/as Deputados/as Municipais, estamos a ver as contas de um ano muito positivo. Muito, muito positivo. Ao nível das receitas, ao nível dos investimentos. Eu espero chegarmos ao fim deste ano de 2020, continuando com contas equilibradas, é esse também o nosso compromisso e relembrar, que apanhamos uma Câmara com pontas negativas, resultados operacionais negativos. Terei todo o gosto amanhã mesmo de publicar na minha página os resultados operacionais dos anos anteriores, para poder comprovar estas minhas palavras. E, portanto, estão publicados é tão fácil de verificar. Nós temos pela frente este ano e o próximo, anos ao nível municipal e ao nível nacional, muito mais difíceis. Estejamos todos concentrados, não para fazer querelas absurdas e lançar a desinformação sistemática sem nada para propor, nada para propor, Até à data, tirando o famoso milhão do associativismo e agora permito-me relembrar, quando em certa altura, em reunião de Câmara, quando a proposta foi apresentada, até se evocou a altura das cheias de 2013, no início do mandato anterior, e que o então o executivo tinha libertado um 1.000.000.00€ (um milhão de euros) e nós fomos tentar saber para quem tinha sido esse milhão de euros, onde é que tinha sido entregue, foi o Sol da Caparica. Portanto, houve uma desgraça na Costa da Caparica, com as intempéries e o milhão foi entregue ao Sol da Caparica. E eu sou uma defensora do Sol da Caparica, temos é formas diferentes de ver essas questões. Portanto, insistem na desinformação relativamente ao associativismo. Mas contra factos não há argumentos, nunca houve tantos apoios, nunca houve tantas transferências, mas sobre isso nada, a não ser, andam a enganar os almadenses, e continuam a achar que o futuro se constrói olhando para trás. Senhores/as Deputados/as Municipais, eu penso que os almadenses já perceberam, o futuro de Almada constrói-se olhando para a frente e aceitando o futuro mesmo incerto, com coragem, com determinação, com empenho e com a mesma crença e o mesmo amor e respeito por esta terra que todos nós aqui exprimimos. É assim que se constrói o futuro, é assim que se ganha a confiança e isso também só é possível com contas certinhas e não com malabarismos contabilísticos como eram feitos até agora. Até agora, antes de nós chegarmos, durante quarenta anos.”

6.1.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal: em defesa da honra

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, já na última Assembleia Municipal, tivemos que aturar os Senhores Deputados Municipais aqui, a intitular em Deputados e um membro do executivo de fascistas. E eu devo dizer que eu tenho demasiado respeito por todos aqueles que lutaram efetivamente contra a ditadura e que alcançaram a liberdade deste país para não admitir a nenhum dos Senhores/as Deputados/as Municipais, essa designação. E, portanto, retratem-se se faz favor, e exijo um pedido de desculpa formal.”

6.1.4 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU): defesa da honra

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, não atura os Deputados Municipais, tem obrigação de vir à Assembleia Municipal, prestar contas sobre a sua atividade. Não atura os Deputados Municipais, nem os da CDU, nem os de outra força política qualquer. É inadmissível, inadmissível que uma Presidente da Câmara Municipal, se dirija aos Deputados Municipais nestes termos.”

6.1.5 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS): defesa da honra da bancada.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sentimo-nos verdadeiramente ofendidos com a intervenção que acabou de ser feita. Porque aquilo que foi referido é que, ninguém está para aturar e ninguém nesta Assembleia Municipal, e não é só a Senhora Presidente da Câmara, epítetos de fascista e outras coisas mais e dizer que era como no tempo do Salazar, etc., etc. Desculpem, mas há que ter um mínimo de seriedade. E, portanto, da mesma forma que a Senhora Presidente da Câmara pediu um pedido de desculpa formal, faz também sentido que os Senhores Deputados da CDU, para



já que parem com este tipo de comportamentos que são recorrentes e depois, que parem com aquilo que é a nova moda que a CDU introduziu desde quinta-feira passada, de chamar fascista a cada pessoa que faz uma intervenção da qual não gostam.”

6.1.6 – O Senhor Deputado Municipal António Olaio (PS): defesa da honra

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há 46 anos que foi instituída a democracia em Portugal. Dizer que em Almada vivemos numa ditadura há 41 anos, é não respeitar essa democracia, é ter um conceito de democracia próprio de quem não percebe ou de quem não respeita essa democracia. Dizer que há 41 anos nós vivemos uma ditadura em Almada, é não respeitar a vontade do povo de Almada que elegeu várias maiorias da CDU e isso quem não respeita a vontade do povo, quem não é capaz de reconhecer a democracia que existe em Portugal e em Almada, desculpem, mas é só próprio de um fascista.”

6.1.7 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu peço imensa desculpa, mas eu não posso continuar a tolerar que nesta Assembleia se utilizem epítetos completamente inaceitáveis. Houve de facto, nos últimos dias intervenções que se situaram no limite do aceitável, houve obviamente da parte da Mesa a noção de que uma intervenção demasiado assertiva podia ser pior emenda que o soneto, portanto, o apelo que eu faço agora, é no sentido de pormos a mão na consciência e criarmos as condições para continuarmos a trabalhar. Senhores/as Deputados/as Municipais, há epítetos que foram utilizados por várias bancadas que são inaceitáveis. E eu desafio os Senhores/as Presidentes e Coordenadores/as dos Grupos Municipais, na sequência desta Assembleia fazermos uma reunião, para estudar o assunto e para vermos quais é que são as estratégias que podemos seguir para diminuir a crispação política nesta Assembleia Municipal. Mas gora, vamos interromper esta escalada, vamos voltar à nossa agenda e estamos a discutir os documentos de prestação de contas, os Senhores /as deputados/as Municipais que querem intervir fazem o favor de o fazer. Estão à vossa apreciação os documentos.”

6.1.8 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Eu vou responder a algumas das questões que foram colocadas hoje e na última reunião e vou também deixar algumas perguntas. E trago uma vez mais a questão do investimento municipal. Trago uma vez mais a questão do investimento municipal porque, é espantoso, como é possível alguém que orçamenta para um ano, 25 milhões de investimento, executa 13 milhões, vem dizer que o problema não é um problema de percentagens. As percentagens juntam do rácio dos dois números. Se eu prometo fazer 25 milhões e executo 13 milhões, estou a fazer aquilo que prometi? Claro que não. E esta é a questão fundamental. Para além daquilo que eu aqui referi na última reunião. É que nestes 13 milhões, estão 900 mil euros do WEMOB, estão 550 mil euros de aquisição de habitações no último dia do ano, de habitações onde já estão inquilinos camarários no âmbito de um protocolo que tinha assinado pela gestão anterior com a Caixa Geral de Depósitos. É claramente apenas para aumentar um bocadinho a execução. Como está também o empréstimo aos SMAS, neste valor, como ativos financeiros. Portanto, não são 13 milhões, são 11,5 ou 11,6 milhões. Quando batemos no fundo em 2018, com 9,6 milhões. Como eu disse aqui na sexta-feira, esta gestão leva dois anos a fazer aquilo que a CDU fazia num. A CDU chegou a ter níveis de investimento de 20 e tal milhões de euros. Estes Senhores não saem da cepa torta. Mas isto é visível em todo o lado. A única coisa que sabem fazer é lançar alcatrão. Fizeram uma empreitada de trabalhos diversos, e agora espalham alcatrão por todo o lado. E essa empreitada, não foi objeto do visto do Tribunal de Contas. Porque é uma coisa muito interessante, será uma coisa muito interessante vermos isso. A propósito dos resultados que aqui foi dito, é bom dizer à Senhora Presidente, eu já aqui referi isto o ano passado. Já aqui referi isto o ano passado. O que fizeram em 2017, atrasaram a transferência da tarifa dos resíduos sólidos que os SMAS cobraram, um valor à volta de 4 milhões, para prejudicarem os resultados da gestão da CDU. Isto ficou claro nas contas, vê-se claramente. Já expliquei isto aqui à Senhora Presidente. Mas é difícil perceber. Não posso fazer mais. Depois fala-se que este é o maior orçamento municipal. Com este Município, com esta gestão, não tem sentido nenhum falar em orçamento municipal. Porque eles nunca o executam. Portanto, o padrão tem



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que ser o nível de execução anual. Não é dizer: “nós temos o maior orçamento municipal jamais feito neste Município”. Não, não vale nada. Porque no fundo o que conta foi a despesa executada e a despesa executada, foram 95 milhões que é exatamente o valor que foi executado em 2017. Foi aqui afirmado também, que finalmente em 2019, foram devolvidos mais de um milhão de euros de IRS aos almadenses. Azar dos Távoras, essa devolução está agora a ser feita e ao mesmo tempo que quem mais pode receber devolução de IRS, os almadenses mais necessitados e afetados por esta pandemia, vem lhes sendo negado o apoio que tanto precisam no âmbito das competências do Município a falta que lhes faz esse milhão de euros. Outra nota. Fizemos um requerimento na quinta-feira, para que a Senhora Presidente, nos apresentasse o quadro desagregado das transferências correntes e de capital, feitas para o Movimento Associativo. É um trabalho muito complexo. Passou a sexta-feira, está na segunda-feira, não temos informação. Isto é a bitola deste executivo, pedimos informação não nos dá. Se o Município pede, “dou-lhe já a informação”. O Município bem pode esperar sentado. E acho que é uma questão importantíssima, esta questão das transferências para o Movimento Associativo e não o fazendo, teremos que repetir aquilo que já aqui dissemos várias vezes. Portanto, Senhora Presidente, está a faltar à verdade, que é uma palavra mais de debate municipal. Eu fiz aqui uma pergunta à Senhora Presidente, respondeu-me há pouco, eu penso que referi 99 mil euros, no Sol da Caparica. Eu peço desculpa, mas não há ninguém, ninguém que perceba minimamente esta matéria, que acredite nisto, ninguém, a não ser que os artistas tenham vindo todos de borla. Quer dizer, o Município gastou no Surf da Caparica, entregou 500 e tal mil euros a duas empresas com transferência corrente, e depois fez o Sol da Caparica com todos aqueles artistas por 90 mil euros. Senhora Presidente, eu quero este valor, quero conhecer as faturas com estes valores. Quero ver os concursos que foram feitos em relação a esta matéria. Não é admissível que se diga isto. Uma outra nota, é apenas para responder a uma jovem do Partido Socialista, que pôs aqui uma questão a propósito da criação de empresas. Eu gostava de lhe dizer que, não é verdade. E não é verdade por uma questão muito simples, é que não há dados de 2019. Eu podia argumentar de outra forma, mas digo apenas isto. Os dados de 2019, serão conhecidos no final deste ano. Portanto, não é verdade, os últimos dados são de 2018. É só isto, nem vou contestar se antes criavam mais ou menos empresas, não existem. Portanto, não se pode referir um dado que não existe. Depois, a Senhora Presidente da Câmara fala aqui em, não falamos em obras? Não falamos em recursos humanos? Não falamos em educação? Quantas vezes eu coloquei aqui a questão dos recursos humanos? A destruição que foi feita da estrutura da Câmara Municipal, as chefias que foram postas na rua, as mudanças, quantas mudanças já houve na estrutura da Câmara Municipal? Pessoas que também vão para o olho da rua. Isto toda a gente sabe. Não é preciso, por acaso era uma boa questão dizer-me quantos Chefes de Gabinete já teve, quantos Diretores de Departamento da Cultura já houve, é um role infundável. E isto é uma das coisas que se repercute obviamente na questão das obras. Respondendo à questão que foi colocada aqui pelos Professores desta Escola, é que o Departamento de Obras da Câmara Municipal, que era das melhores coisas que a Câmara Municipal tinha, e eu conhecia-o, tinha técnicos altamente qualificados, foram todos postos numa prateleira. Todos postos numa prateleira. Não vou referir o nome deles porque não é necessário. As pessoas que estão aqui sabem quem eles são. É por isso que as obras estão paradas. É por isso que há problemas com os projetos, é por isso que a única coisa que temos é o Senhor Diretor de Departamento, já toda a gente se ri, chega a um sitio e faz uma rotunda, projeto não há. Não há projeto.”

6.1.9 – O Senhor Deputado Municipal João Marcos (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Venho aqui para a reposição da verdade. Na apresentação do Relatório e Contas da Câmara Municipal de Almada, referente a 2019, a Senhora Presidente da Câmara afirmou a rubrica “recolha de monos, não teve melhores resultados, porque algumas Uniões de Freguesias não fizeram o trabalho que deviam ter feito”. Quero informar a Senhora Presidente da Câmara, que a União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, em 2017, recolheu mil e oitentas e sete toneladas; em 2018, recolheu mil cento e noventa toneladas; em 2019, recolheu mil duzentos e cinquenta e oito toneladas, correspondendo à verba de 1.073.986.00€ (um milhão setenta e três mil e novecentos e oitenta e seis euros). No entanto, o valor transferido da União de Freguesias para a União de Freguesias foi de 630.754.00€ (seiscentos e trinta mil setecentos e cinquenta e quatro euros). Faltando transferir 443.232.00€ (quatrocentos e quarenta e três mil duzentas e trinta e dois euros). Este valor permitia adquirir pelo menos um carro pesado, que aumentaria a recolha em cerca de 40%. Quero



informar também a Senhora Presidente da Câmara, que no âmbito destas delegações de competências, que se baseia na Lei 75/2013, 12 de setembro, a cláusula 21, do ponto 1, diz o seguinte: “A avaliação da execução em todas as vertentes do presente contrato, tais como cumprimento, as receitas geradas, as despesas realizadas, o resultado operacional registado, é assegurado através de reuniões trimestrais a realizar até ao final dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. Entre os interlocutores das partes contraentes. A Câmara Municipal de Almada, que tem preferido solicitar relatórios de execução e os relatórios das melhorias sugeridas, mas a resposta aos mesmos não existe. Assim como, não tem existido qualquer reunião de ligação. Por tudo isto verificamos que a afirmação da Senhora Presidente da Câmara, é uma afirmação que não corresponde à realidade. Na política não pode valer tudo. Temos de respeitar os almadenses. E não é com informações deste teor que os respeitamos.”

6.1.10 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Em relação aos SMAS, antes de mais agradecer aqui as questões e também a forma construtiva como colocou aqui uma série de situações em relação ao Orçamento. Esta situação das imparidades é realmente uma situação que os SMAS têm há muitos, muitos anos, aliás, até já foram muito maiores, nós temos vindo a trabalhar nisso e paulatinamente a reduzir. Mas é realmente algo que nós próprios entre nós e com os serviços e até com o Revisor de Contas, temos essa oportunidade de falar e depois até num fórum mais reservado até poderíamos continuar essa conversa, porque é uma conversa tecnicamente muito interessante. E que realmente no caso dos SMAS é muito importante. No caso do SNC-AP. Apesar de os serviços já há cerca de dois anos terem-se vindo a preparar, já não era a primeira vez que tivemos que à última da hora não pôr o SNC-AP até porque a Administração Pública não o tinha. Agora finalmente começamos, durante um mês, um mês e meio tivemos realmente alguns problemas, porque não fomos o único serviço, todos nós e todos os organismos que implementaram uns com mais dificuldade outros com menos dificuldade, mas todos tiveram problemas. Mas agora finalmente, as coisas estão a decorrer relativamente bem e estamos a conseguir inclusive, cumprir com todas as nossas obrigações e durante algum tempo tivemos esse cuidado de avisar os nossos fornecedores, porque houve ali um tempo em que não conseguíamos mesmo pagar, porque o sistema não nos permitia e não tínhamos ainda o sistema a funcionar. Mas agradeço-lhe as suas questões, acima de tudo a sua avaliação em relação ao Relatório dos SMAS e depois tenho todo o gosto em voltarmos a falar sobre isto. Só para terminar aqui com um assunto muito rapidamente. Eu acho que realmente vir para aqui ofender as pessoas, e chamar epítetos disto ou daquilo ou de outra coisa qualquer, já nem vou falar sobre isso, acho que é lamentável e é um desrespeito com a democracia. Mas aconteceu aqui uma situação que eu acho que é ainda mais lamentável. Que é mentir mesmo à descarada. E o Senhor Deputado Municipal José Lourenço e não ao Miguel, como há bocado se referiu, mas o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, sabe muito bem, que são três empreitadas, não é uma. Todas elas tiveram visto do Tribunal de Contas, porque senão não se estavam a realizar. Agora, que os Senhores tenham sido incapazes de alguma vez as lançar e ir a Tribunal de Contas e passarem e ser aprovadas, é outro problema. Tem visto do Tribunal de Contas. Visto do Tribunal de Contas todas tiveram. A da Romeira também teve, também pode referir essa. Agora, custa e eu sei que custa, porque os Senhores em reunião de Câmara várias vezes falaram sobre isso, e até puseram em causa a legitimidade disso, e depois quando veio o visto do tribunal de Contas não disseram absolutamente nada. Porque perceberam que não tinham razão. E as obras estão a ser realizadas através dessas empreitadas e é isso que eu sei que vos custa. E a obra está na rua. Aliás, se a obra não estivesse na rua, as pessoas não falavam da obra. Como a obra está na rua, as pessoas falam. Agora, se me disser: “estão a fazer tudo o que querem?” Não. Não. Obviamente que não estamos, há muitas mais coisas que queremos fazer e vamos fazer. Aliás, em breve vamos lançar aí mais algumas empreitadas que é para o Senhor Deputado Municipal José Lourenço depois poder vir para aqui criticar da maneira que entender. Agora, a verdade é esta, está-se a fazer obra. E deviam no limite estarem felizes. Até pelos próprios almadenses, porque os almadenses, quando vêm elogiar as obras, não elogiam só o executivo, é a nossa Cidade, é o nosso Concelho, e essa obra Senhor Deputado Municipal, vai ficar para além de muitos, de todos nós e é esse o maior atributo que nós temos, é fazer obra pelos almadenses. “

6.1.11 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Eu vou passar a ler aqui um dos vistos do Tribunal de Contas, que por acaso tenho aqui e vou passar a ler: “Informa-se Vossas Excelências que o processo acima referido, foi objeto de declaração de conformidade, devidamente homologada pelos Juizes da 1ª Secção do Tribunal de Contas, em 16 de agosto de 2019”. Senhor Deputado Municipal José Lourenço, esta empreitada é a da Trafaria/Caparica e Sanestradas, Empreitadas Públicas, Obras, e é a da Costa da Caparica, Monte e Trafaria. Senhor Deputado Municipal José Lourenço, o Senhor Deputado diz as coisas mais extraordinárias e depois fica muito incomodado. Isto é claro, acabei de ler. Senhor Deputado, para mim é quase aflitivo. O Senhor Deputado foi Vereador, teve responsabilidades, é o especialista que a CDU sempre destaca na questão dos Orçamentos. E vou-lhe explicar o Sol da Caparica. Acontece que no Sol da Caparica o ano passado não foi produzido pela Câmara Municipal, foi um promotor privado. Que contratou os artistas, que pagou as infraestruturas, que investiu e que recebeu também a maior parte da receita. E tudo isso foi noticiado. Se o Senhor Deputado Municipal José Lourenço que só vem nestas alturas não esteve informado foi o único, isto foi mais do que debatido. Portanto, quando quer que lhe explique como é que se pagou os artistas, porque não se pagaram, porque quem pagou os artistas foi o produtor. É tão simples quanto isso Senhor Deputado Municipal. Foi o produtor que pagou os artistas. E, portanto, a Câmara Municipal, sim, tem custos, tem custos que estavam no acordo, tem custo com a salubridade, tem custos com uma parte da manutenção e que deu este valor. E o Senhor Deputado pode fazer o que quiser, é que passamos quase de 2.000.000.00€ (dois milhões de euros) para 90.000.00€ (noventa mil euros). Relativamente à questão das casas, eu vou passar a ler-lhe, aquilo que o Senhor Deputado Municipal desvaloriza e acha que é pouco importante. Nós estamos a falar de sete em oito agregados que têm o RSI – Rendimento Social de Inserção, quatro com a incapacidade superior a 60%, e duas situações de vítimas de violência doméstica. De facto, o anterior executivo tinha feito um acordo para alugar casas. Alugar. Nós não somos favoráveis a essa solução. E a certa altura, estas pessoas iam ser despejadas. E, portanto, para salvaguardar estes casos e para ir na linha daquilo que é a nossa estratégia, que é aumentar a oferta de habitação do Município, adquirimos as habitações. Diz o Senhor Deputado que é no último dia do ano. Que curioso, é porque nós também estivemos a ver, a Cooperativa Piedense também foi no último dia do ano. 2.000.000.00€ (dois milhões de euros) no último dia do ano. A ter fé nas palavras dos Senhores Deputados, também foi para poder aumentar o investimento, certamente por isso. É que a nossa preocupação, é que aquelas pessoas tivessem casa. A vossa, era a certa altura, aumentar aqui o investimento. Por fim, eu quero dizer aqui ao Senhor Vogal João Marcos, da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, que eu de propósito não mencionei as Freguesias. Agora eu lamento dizer, que a sua Freguesia, cumpriu 60% da recolha de monos a que se tinha comprometido. Tendo a Câmara Municipal que assegurar os 40%. O que faltava. Em 2019 como aliás, reiteradamente, mas estamos abertos. Se os Senhores deixarem de ter essa competência dos monos, a Câmara Municipal assume, porque visivelmente, os Senhores não conseguem cumprir aquilo que acordam com a Câmara Municipal. Portanto, eu acho extraordinário as contas que apresentam, uma coisa lhe digo, quem andou a recolher muito mono, que era competência da União de Freguesias, foi a Câmara Municipal, foram os trabalhadores da Câmara Municipal, foram os carros da Câmara Municipal. E os Senhores apenas sabem pedir mais dinheiro sem cumprir aquilo a que estavam obrigados.”

6.1.12 – O Senhor Vereador Nuno Matias:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Eu só queria, porque acho que do ponto de vista qualitativo, muito está descrito no documento, mas até em abono da história que muitos de nós partilhamos há muitos anos nos Órgãos Autárquicos de Almada, que tenhamos consciência de que quando aqui se fala e se exige informação ao executivo, e depois parece que se passa uma esponja sobre aquilo que nos últimos anos todos nós fomos testemunhas, Senhor Deputado Municipal José Lourenço, com toda a amizade que sabe que eu tenho por si, mas eu recordo-me no último mandato, eu ter intervindo várias vezes nesta Assembleia Municipal, noutra função, a pedir por exemplo, esclarecimentos formais e cabais, sobre os processos de aquisição e de avaliação, para a aquisição de quase 6.000.000.00€ (seis milhões de euros) em terrenos e imóveis, que ainda hoje estou à espera dessas respostas. E, portanto, eu percebo que enquanto autarca tenho o direito de solicitar a informação, mas ao menos em abono da verdade, a história da boa memória que todos nós temos destes vários anos que levamos de exercício



de responsabilidades, ainda por cima eleva uma matéria que pode ser grave, porque estamos a falar de verbas que ainda hoje não nos explicaram e não estão cabalmente demonstradas, da avaliação independente em relação a estes negócios que foram feitos na altura. E, portanto, em abono da verdade, em abono da boa memória, vamos lembrar daquilo que eram as práticas e antes de exigirmos com direito a informação, com direito a informação, não esqueçam da história que todos nós fomos partilhando e de maus exemplos que se calhar no passado foram e estou à vontade porque não era eu membro desse executivo, não foram partilhando da informação que era solicitada. Dar uma segunda nota. E agora tem a ver com dados objetivos. Eu estava aqui sentado a ouvir com atenção e estava a analisar os Relatórios de Contas de Gerência desde 2014. Senhor Deputado Municipal José Lourenço. Resultados operacionais, eu não preciso estar aqui a explicar o conceito. Resultados operacionais em 2014, menos 453.286.00€ (quatrocentos e cinquenta e três mil, duzentos e oitenta e seis euros); resultados operacionais em 2015, menos 1.615.366.00€ (um milhão seiscentos e quinze mil e trezentos e sessenta e seis euros); resultados operacionais em 2016, menos 6.296.828.00€ (seis milhões duzentos e noventa e seis mil oitocentos e vinte e oito euros); em 2017, menos 465.806.00€ (quatrocentos e sessenta e cinco mil e oitocentos e seis euros); em 2018, resultados operacionais com a aplicação do mesmo conceito, se calhar com alguma transparência acrescida, mais 8.035.980.91€ (oito milhões, trinta e cinco mil, novecentos e oitenta euros e noventa e um centavo); em 2019, mais 5.938.763.00 (cinco milhões, novecentos e trinta e oito mil e setecentos e sessenta e três euros). Vamos lá ver, se me disser que é discutível tudo do ponto de vista das opções, daquilo que é a avaliação a cada momento, se devíamos fazer mais esta intervenção, se o calendário devia ser mais rápido ou mais devagar, se devíamos ir mais à direita ou mais à esquerda, se devíamos investir mais na atração de investimento, mais no desenvolvimento do espaço público, podemos discutir tudo. Agora, no fim do dia, quando se fala em equilíbrios, desequilíbrios, situação orçamental da autarquia, vejamos o desequilíbrio que resultou de um Relatório de Conta de Gerência que não fui eu que fiz, foram os técnicos da Câmara Municipal, que foram aprovados pelos Órgãos da Câmara. Aqui a questão é objetiva, é que mesmo nesse tempo difícil, os Senhores encontraram 6.000.000.00€ (seis milhões de euros) para fazer negócios, que hoje ainda não explicaram como é que avaliaram esses negócios, e eu quando utilizo a palavra “negócios” eu não estou a fazer juízo de valor, estou a dizer que houve uma troca em relação a um valor que ainda hoje não nos está explicado. E mais, em relação a imóveis que ainda hoje não tinham uma explicação datada sobre qual era o fim. Adquiriram, eu diria de forma discutível, o edifício da EDP, na altura foi questionado, qual é o último fim para este projeto? Já existe? Já está pronto? Não, não estava nada pronto e foi-se atrás do negócio que ainda hoje está por explicar quem é que o avaliou. Comprova-se a Cooperativa Piedense também com um valor substantivo. Eu não ponho em causa o valor, eu gostava é que alguém me explicasse quem o avaliou. Até hoje essa explicação também não veio. E por isso, porque todos nós somos almadenses e todos nós andamos aqui há anos suficientes, mandaria o bom senso e o princípio da prudência, que nos andássemos aqui a enganar com discursos falaciosos. Porque primeiro, há práticas que nos deixam vinculados a determinados tipos de procedimentos, segundo há resultados que são cabais, que foram aprovados, que nos vinculam a desempenhos económico-financeiros da autarquia, e neste caso eu diria que de 2014 a 2017, não é um bom cartão de visita, e aliás, que foram ao longo desse período, várias vezes alertados para essas disfunções que estavam a ser geradas e para os desequilíbrios que estavam a deixar para o futuro, na própria máquina autárquica. E, portanto, com todo o respeito e amizade, mandaria o princípio da prudência, que se lembrem bem daquilo que fomos e aquilo que fizeram. E recordem-se bem, que se calhar há um conjunto de dados históricos, que vão ser sempre utilizados para confrontar aquilo que foi o passado e aquilo que é o presente. E com isto não estamos a dizer que está tudo bem feito, que foi tudo feito como nós desejaríamos, mas certamente, quando se olha para estes resultados apresentados e um conjunto de decisões, que eu diria que no mínimo, careciam de mais informação, não só não a tivemos ao longo destes anos todos, como os resultados que aqui estão e são os Relatórios preparados pelos mesmos serviços que hoje em dia também cá estão, mostram que há uma grande disparidade entre resultados operacionais do período de 2014 a 2017 e daqui para a frente.”

6.1.13 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU): Defesa da honra

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Não é comparável. Primeiro é preciso que se diga o seguinte: quando nós não somos capazes de defender o nosso Relatório, vamos buscar coisas anteriores, que possam distrair alguém, no fundo é o que está aqui a ser feito. Segunda nota. Eu referi aqui há bocado e confirmo isso e sou capaz de ir buscar os resultados, como fiz em tempos, com os dados de 2017, publicados por esta Câmara Municipal foram adulterados os resultados. Porquê? Porque há uma receita da tarifa dos resíduos sólidos, há uma receita que ficou retida nos SMAS, que foram cerca de 4.000.000.00€ (quatro milhões de euros), que prejudicaram obviamente, que apareceram, inflacionaram, os dados de 2018. Inflacionaram os dados de 2018 e isso está provado. Depois, compararmos 2014 com 2018, com 2019, parece que estamos em países diferentes. Já não nos lembramos do que é que era este país, a recessão profunda que vivíamos, o que isso afetou as próprias receitas dos Municípios, o que isso afetou as próprias receitas dos Municípios comparativamente com agora? Este Município não faz uma palha e tem mais 10 milhões.

6.1.14 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero só esclarecer aqui o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, relativamente à questão do desagregado. Eu relembro que pediu a documentação na sexta-feira. E como o Senhor Deputado diz e bem, é uma matéria complexa. Eu relembro a não ser que queira que a gente viole todo o código laboral e ponha os serviços a trabalhar todo o fim de semana. Hoje é segunda-feira, e o Senhor Deputado bem diz, é uma matéria complexa e que teremos que ir ver. E, portanto, eu lamento Senhor Deputado Municipal.”

6.2. – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se a votação de cada uma das propostas, tendo-se apurado os seguintes resultados:

6.2.1 – A proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da CMA relativo ao exercício de 2019” foi aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind), e 17 votos contra, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, e nº 2 do artigo 27º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugados com os nºs 1 e 3 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 12 de setembro, aprova aos Documentos de Prestação de Contas do Município, constituídos por:

- a) Relatório e Conta de Gerência referentes ao ano de 2019*
- b) Anexos às Demonstrações Financeiras;*
- c) Anexos contendo os documentos a seguir referidos, relativos às seguintes entidades integradas na esfera do Grupo Autárquico:*
 - 1. Relatório Anual e Contas do ano de 2019 da AGENEAL – Agência Municipal e Energia de Almada;*
 - 2. Relatório Anual e Contas do ano de 2019 da ARRIBATEJO – Agência de Desenvolvimento Local*
 - 3. Relatório Anual e Contas do ano de 2019 da NOVALAMDAVELHA – Agência de Desenvolvimento Local,**nos precisos termos da deliberação camarária de 17 de junho de 2020.*

6.2.2 – A proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2019” foi aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind), 14 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo



os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do BE, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugados com os nºs 1 e 3 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 12 de setembro, aprova o Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2019, nos precisos termos da deliberação camarária de 17 de junho de 2020.

6.2.3 – A proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da Wemob relativo ao exercício de 2019” foi aprovada por maioria com 19 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN e 1 do eleito do CDS-PP, e 18 votos contra, sendo 14 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind) , através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugados com os nºs 1 e 3 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 12 de setembro, aprova o “Relatório e Conta de Gerência da WEMOB relativo ao exercício de 2019”, nos precisos termos da deliberação camarária de 17 de junho de 2020.

6.3 – Usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque para anunciar a apresentação de uma declaração de voto por escrito.

6.3.1 - A Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os Deputados do Grupo Municipal do PSD, nos termos legais e regimentais, vêm por este meio apresentar a sua posição sobre o Relatório e Contas de 2019 da empresa WEMOB - E.M., S.A. que, apesar do nosso voto favorável, nos merece as seguintes reflexões, preocupações, necessidade de ponderação e avaliação sobre alguns processos de gestão, decisão, informação e validação:

1. O nosso voto favorável resulta do facto do documento ser um reflexo factual dos resultados operacionais e financeiros do desempenho desta empresa durante o ano de 2019, com base na avaliação e validação formal por parte do Fiscal Único, que avalizou o mesmo através do seu relatório e parecer.
2. No entanto, neste momento importa deixar clara a nossa preocupação pelo facto de, durante o ano de 2019, terem ocorrido decisões de gestão que aumentaram o total da despesa autorizada no Plano de Atividades e Orçamento de 2019, destacando-se as despesas com pessoal e a rubrica de Fornecimento e Serviços Externos, sem que estas opções gestionárias, mesmo num contexto de aumento de competências, tenham sido objeto de devida informação regular, nomeadamente através de relatórios trimestrais, aos órgãos municipais.
3. Deste modo, entendemos que este aumento de despesa e reforço do quadro de pessoal deveria ter sido previamente discutido com os órgãos municipais para validar a opção, o alcance e mesmo o nível de esforço por forma a que não se crie uma situação de potencial desequilíbrio operacional e financeiro (algo que desconfiamos possivelmente já terá acontecido).
4. Para além disso, temos dúvidas sobre o alcance da delegação de competências na pessoa do Presidente do Conselho de Administração e que permitiu assumir um conjunto de decisões que, na nossa opinião, deviam ter sido formalmente decididas colegialmente pelo Conselho de Administração e votadas em Assembleia Geral, nomeadamente a autorização de aumento da despesa e do quadro de pessoal face ao que foi formalmente votado e validado pelos órgãos municipais aquando do Plano de Atividades e Orçamento de 2019.



5. Por esse motivo, exigimos que fosse pedido um parecer a uma entidade oficial para enquadrar juridicamente toda esta situação e, em paralelo, que seja desencadeada uma análise aprofundada sobre a gestão realizada na empresa, por forma a que sejam esclarecidas todas as nossas dúvidas e preocupações.”

6.4 – O Senhor Presidente informou que fora consensualizado na Conferência de Representantes fazer a apresentação e o debate em conjunto, sendo depois feita a votação sem separados dos pontos seguintes, 3.5 relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU de Porto Brandão”, 3.6 relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU da Cova da Piedade”, 3.7 relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU de Almada” e 3.8 relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU da Trafaria”.

6.4.1 – Para apresentar as propostas usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira

6.4.1.1 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como definido em Conferência de Representantes, passarei à apresentação de quatro Relatórios de Monitorização, que após terem sido aprovados já em reunião de Câmara, estão aqui também à vossa apreciação. Permita-me Senhor Presidente dizer, que hoje entende-se que a reabilitação urbana, é um instrumento de mecanismo urbanístico, para reintegração dos edifícios nas vidas das Cidades, que tem como objetivo primordial, travar a expansão urbana em termos de perímetro urbano, que teve como consequência, naturalmente, um desperdício de esforços de várias entidades e economias, causando até especulação imobiliária, de expressão urbana, de equipamentos e serviços e desertificação de centros urbanos. Atualmente, as preocupações em termos sociais e desenvolvimento sustentável das Cidades, e zonas urbanas, focam-se na reabilitação dos edifícios, como forma de revitalização e potencialização, das dinâmicas das nossas Cidades. Sendo a reabilitação urbana de edifícios um dever dos proprietários, dos privados, cabe por sua vez à Administração, a responsabilidade de atualizar a dinâmica do contexto, modernizando espaços, infraestruturas e equipamentos para que a iniciativa privada também ela própria seja incentivada. A reabilitação urbana, não se consegue fazer valer sem estas duas componentes. A iniciativa privada, e a responsabilidade da Administração que por sua vez também lhe é imputada. Com o regime jurídico da reabilitação urbana, passaram a formular-se exigências também elas dirigidas aos Municípios, de cumprimento de objetivos, desde logo porque deixa de se limitar a reabilitação urbana a áreas de reabilitação, passando a considerar-se também, as situações em que o legislador, considera carecerem do enquadramento legislativo particular, isto é, o diploma considera reabilitação urbana, não só as intervenções em ARU, como também intervenções para dessas áreas a edifícios ou frações isoladas, desde que tenham mais de trinta anos passados deste modo passa a haver uma distinção entre a reabilitação dentro e fora das ARU. E foi neste contexto e neste sentido, que quero aqui relembrar, que a Câmara Municipal aprovou muito recentemente, o REPARA. O REPARA aplica-se a todo o Concelho para a reabilitação de imóveis cuja construção tenha sido concluída há pelo menos trinta anos e/ou localidades em áreas de reabilitação urbana, e sempre que estejam afetos a estes edifícios ou tendencialmente afetos a predominantemente à habitação própria. Os presentes Relatórios que agora têm à vossa consideração, ORU, ARU, dão conta do exercício de gestão das Operações das Áreas de Reabilitação Urbana do Porto Brandão, da Cova da Piedade, de Almada e da Trafaria. Dos Relatórios à vossa consideração, constam os processos, os resultados, as ameaças, as potencialidades, procurando-se uma visão perspetiva de cada operação, potencializando a visão atrás exposta, para este tipo de operações, cujo objetivo principal é a reabilitação na sua maior dimensão. De anotar que na área de intervenção das ORU, que temos à nossa apreciação, se tem verificado uma procura crescente que resultará seguramente, num processo de regeneração significativo e de curto prazo. Atualmente à semelhança do que se passa, quer na ARU da Trafaria e do Porto Brandão, tem sido registado um interesse maior na procura de oportunidades de investimento, na área da reabilitação. Curiosamente e comparativamente com outras ORU, na Trafaria é evidente, desde logo, não era evidente, no seu início, uma tão ampla capacidade ou potencialidade da regeneração. Era sinalizado na ARU da Trafaria, uma maior dificuldade económica, aliada à incerteza e uma maior resistência de adesão ao próprio programa. Contudo, nos últimos anos, tem-se verificado um aumento crescente do interesse de investidores externos, na



nossa Trafaria. Existe neste momento uma evidente capacidade de captação de investimento, de novos investidores que aproveitam a excelente localização, o pitoresco da Vila e as novas dinâmicas criadas como um fator de motivação para novos investimento. Por seu turno, a ARU da Cova da Piedade, concentra alguns edifícios notáveis, classificados, que dão carácter identitário e singular, resultado do seu passado industrial. O património significativo na posse do Município, no Caramujo/Romeira e a perspetiva de um refuncionalização daquele património, com a adição de equipamentos e atividades económicas agregadas, será seguramente um fator determinante para a regeneração daquele território. O Município no enquadramento dos instrumentos de gestão territorial de que dispõe, está a encarar a ARU da Cova da Piedade, como área de intervenção prioritária. Por fim, comparativamente com outras, a dimensão da ARU de Almada, não deixa perceber de forma muito clara o impacto do próprio programa de reabilitação. Isto porque nesta ARU, se verifica um investimento sem obras, mais profundas, mais dispendiosas, e mais dispersas no território comparativamente com outras. Deixar por fim um apontamento. Ao nível do investimento, perspetiva-se um investimento global dos privados, de 12.257.250.40€ (doze milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, duzentos e cinquenta euros e quarenta cêntimos), com uma comparticipação municipal, no valor de 650.980.09€ (seiscentos e cinquenta mil, novecentos e oitenta euros e nove cêntimos). Senhores/as Deputados/as Municipais, são estes relatórios que estão à vossa consideração, que dão nota naturalmente também, da evolução destas ARU no Concelho de Almada. E volto a referir, para além daquilo que é a reabilitação urbana e do território que se concentra nas ARU e na ORU, é muito importante que ao nível concelhio se possa olhar para o REPARA como um instrumento fundamental para que a nossa Cidade, possa ela própria ter novas dinâmicas, novas potencialidades e novas utilizações que tendencialmente tem a ver também com regeneração daquilo que é o espaço público que deve fruído e visitado por todos nós.”

6.4.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se a votação, tendo-se apurado os seguintes resultados:

6.4.2.1 – A proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU de Porto Brandão” foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Porto Brandão e delibera aprovar os seus resultados, nos termos do nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação camarária de 1 de junho de 2020.

6.4.2.2 – A proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU da Cova da Piedade” foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples da Cova da Piedade e delibera aprovar os seus resultados, nos termos do nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação camarária de 1 de junho de 2020.

6.4.2.3 – A proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU de Almada” foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Almada e delibera aprovar os seus resultados, nos termos do nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação camarária de 1 de junho de 2020.

6.4.2.4 – A proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU da Trafaria” fi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação



DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples da Trafaria e delibera aprovar os seus resultados, nos termos do nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de junho de 2020.

6.5 – Entrou-se no ponto 3.9 da Ordem do dia relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Local de Integração Comunidades Ciganas de Almada”.

6.5.1 – Para fazer a apresentação usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É um prazer especial trazer-vos aqui este Plano Local de Integração das Comunidades Ciganas, que resulta de uma candidatura liderada pelo Município de Almada, após o desafio lançado aos Municípios pelo Alto Comissariado para as Migrações. A candidatura inicial previa a construção de um diagnóstico local relativo ao estado de integração das comunidades ciganas residentes no Município, e a elaboração de um documento estratégico com medidas a implementar no território num horizonte temporal de dois anos. Assim como, da análise de toda a informação recolhida e dos contributos de todos os intervenientes resultou o presente Plano. Para acompanhamento e monitorização da implementação do Plano irá ser construída uma plataforma representativa das entidades que o compõem, com representantes das diversas áreas que desenvolvam competências na área de integração da comunidade cigana. Importa lembrar que, para a elaboração deste Plano, foram consultadas várias entidades, o prazo que tínhamos para a candidatura era relativamente curto, e mesmo assim, conseguiu-se fazer um intenso trabalho e quero citar aqui se me permitem as associações representantes das comunidades ciganas: a Associação “Agarrar Exemplos”, a Associação “ACEK”, a Associação “Costume Colossal” e a Associação “Kalé Heritage”. Participaram também nesta elaboração IPSS e outras Associações, como a Santa casa da Misericórdia de Almada, a Administração Local e Central, o Centro Qualifica da Escola Secundaria Cacilhas Tejo, o Agrupamento de Escolas Miradouro de Alfazina, O ACES Almada/Seixal, através da Unidade de Cuidados na Comunidade de Almada e a Divisão de Habitação da Câmara Municipal de Almada. É importante que este Plano por fim veja o dia. Nós temos uma fortíssima comunidade de origem cigana. Nestes tempos que vivemos, a nossa aposta política e quase o nosso dever ético e moral e político, nós todos que somos democratas, é fomentar o diálogo, a tolerância, a cooperação, não deixar ninguém de fora. Se não o fizermos vamos deixar campo aberto a alguns que já se aproveitam e sobretudo que tendem a criar bodes expiatórios para tentar explicar de forma simplista o que nunca é simples de explicar. Portanto, nesse sentido acho que Almada dá aqui um excelente exemplo daquilo que deve ser feito num Município. É um Plano para que ninguém fique de fora para que todos sejam almadenses nos mesmos direitos e também nos mesmos deveres. E é nesse sentido que estamos a trabalhar.”

6.5.2 – No debate usaram da palavra as Senhoras Deputadas Municipais Ana Salvado (PS) e Inês Bom (BE).

6.5.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Salvado (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Plano Local que estamos hoje a aprovar nesta Assembleia Municipal, já depois de aprovado em reunião de Câmara, integra um conjunto de catorze planos locais para a integração das comunidades ciganas, financiados pelo Programa da União Europeia “Direitos, Igualdade e Cidadania” e coordenado pelo Alto Comissariado para as Migrações na sequência de uma candidatura apresentada então, à Comissão Europeia em 2017. E nesse sentido, é fruto de uma iniciativa lançada pelos Fundos Europeus e que em boa hora alguns Municípios aproveitaram para alavancar a sua ação e a sua missão numa área tão sensível e sem dúvida muito exigente tal como a Senhora Presidente da Câmara Municipal acabou de frisar. A execução deste projeto na sua globalidade situa-se entre junho de 2018 e julho de 2019, tendo a criação concreta dos planos locais decorrido entre novembro de 2018 e abril de 2019. Almada candidatou-se então ao ACM – Alto Comissariado para as Migrações, para integrar uma pule de Municípios e o resultado foi que integrou um processo participado com mais onze Municípios e duas Comunidades Intermunicipais, distribuídas pelo território continental. Designadamente Albufeira, Barcelos, Borba, Castelo Branco, Estremoz, Évora, Figueira da Foz, Matosinhos, Moura, Mourão,



Oeiras, Porto e Tomar. O projeto contou ainda com a cooperação dos Municípios do Seixal e Torres Vedras, considerados como peritos de experiência, cujas práticas para a integração das comunidades ciganas, puderam ser partilhadas e disseminadas neste contexto. No âmbito deste processo de aprovação do Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas de Almada, gostaria de salientar apenas dois aspetos. Preparar um plano ao contrário até do que o Senhor Deputados Municipal Artur Alfama referiu na passada reunião desta Sessão, não é uma coisa menor. E preparar um plano sobre esta temática, é sem dúvida uma prova de maturidade em matéria de política pública social. A segunda nota é sobre o modo como esse Plano foi desenhado, recorrendo a uma metodologia participativa, implica que desde logo, este executivo sobretudo os seus decisores, estão desde o primeiro momento implicados e comprometidos. Assume um caráter inovador e pioneiro em Portugal, foi construído no terreno, com as autarquias, foi construído no terreno com as demais entidades públicas e privadas, como já foi referido e sobretudo com as próprias pessoas representantes ciganos, com o acompanhamento obviamente do ACM. Um plano como este que hoje está para escrutínio, reconhece que é ao nível local que se faz a integração, de acordo com as estratégias delineadas em cada território, contextualizadas e construídas localmente de acordo com as suas dinâmicas e especificidades numa lógica de proximidade. É reflexo de uma preocupação social atenta à diversidade da população portuguesa, e em simultâneo, um produto de um compromisso político assumido que se alicerça numa intervenção social focada num grupo específico da população em situação de vulnerabilidade. Este Plano abrange áreas estratégicas de atuação, desde logo o diagnóstico, o que em boa hora se associa a um processo de planeamento que nos parece de saudar, considerando que para se poder agir é preciso antes de mais conhecer em concreto as populações que são alvo do nosso planeamento. Aqui hoje o nosso papel e a mensagem que queremos deixar para já, é reconhecer a ousadia que este executivo demonstrou quando se propôs considerar como prioritário este tema e por outro lado, reconhecer a preocupação genuína que o mesmo encerra. São problemas sociais de décadas ao mesmo séculos, que em virtude de preconceitos, se enraizaram e se cristalizaram na nossa sociedade.”

6.5.2.2 – A Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Bloco de Esquerda também quer saudar o executivo pela execução deste documento, que já fazia falta há muito tempo. De facto, tenho algumas dificuldades com a palavra “integração” porque não estamos a falar de pessoas imigrantes que precisem de ser integradas no nosso Concelho, estamos a falar de pessoas que já vivem neste Concelho há muitos anos e, portanto, são tão almadenses quanto eu e precisa sim de ser derrubadas muitas barreiras, precisa de ser fomentado muito diálogo, e precisa sobretudo de ser compreendida a dificuldade acrescida que as pessoas de comunidade cigana, de facto, sofrem também no nosso Concelho. E achamos que esse documento vai nesse sentido. Mas queria efetivamente perguntar quando é que se prevê pôr em prática as iniciativas que estão expostas aqui no documento, especialmente a criação da figura do mediador, que tem sido uma reivindicação por parte das comunidades ciganas desde há muito tempo.”

6.5.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação tendo, a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea h), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Plano Local de Integração das Comunidades Ciganas de Almada, nos precisos termos da Proposta Nº 137/XII-3º da Câmara Municipal.

6.6 – Entrou-se no ponto 3.10 da Ordem do Dia relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adesão ao Fórum Europeu para a Segurança Urbana (FESU)”

6.6.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Está à vossa consideração a proposta sobre a Integração do Município na Rede Europeia de Segurança designada por FESU. O FESU é uma rede internacional de que participam vários Municípios. O objetivo desta rede, é promover uma visão equilibrada da segurança urbana, através da combinação de ações de prevenção, sanções



e coesão social, apoio às autoridades locais e regionais, na concessão implementação e avaliação das suas políticas locais de segurança e auxiliar os eleitos locais a obter o reconhecimento do seu papel no desenvolvimento e implementação de políticas ao nível nacional e europeu. Como podem perceber da proposta, é desejável naturalmente, que as estratégias de intervenção do fórum sejam articuladas elas próprias com os Conselhos Municipais de Segurança. Para integrar estas redes, é obrigatório que os Municípios adiram ao FESU, através do pagamento de uma cota anual, que está devidamente descrita na proposta. Aliás, a candidatura ou a ambição de concorrer a esta rede europeia, está devidamente explicita, no Plano de Atividades desta Câmara Municipal. E por isso, ela tem enquadramento orçamental e está devidamente prevista como considerarei. O que se propõe, é após aprovação em Câmara Municipal desta proposta, que a Assembleia Municipal enquanto Órgão fiscalizador no exercício da sua competência, possa também avaliar, apreciar e votar a presente proposta.”

6.6.2 – No debate usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS), a Senhora Vereadora Francisca Parreira e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estamos aqui a apreciar uma proposta de adesão do Município ao Fórum Europeu para a segurança urbana, à qual o CDS-PP dará o seu aval. Mas Senhor Presidente, como estas questões de segurança não estão, embora seja um Fórum que vai de encontro aquilo que são as políticas municipais para a segurança urbana, do Município e outros Concelhos, fóruns de aconselhamento e também para criações de estratégias que possam criar uma maior segurança e diminuir a insegurança nesses mesmos Concelhos. Mas como é evidente, estas questões da segurança, não estão à parte daqueles que são os agentes no terreno que são as forças de segurança. E o CDS-PP não pode deixar e quer aproveitar aqui este mesmo ponto da ordem de trabalhos, e fazendo de uma forma séria e responsável, até porque o CDS-PP de há uns meses para cá, que vem pegando nestas matérias, e não podemos deixar de dizer que, face à proposta aqui apresentada não podemos estar mais de acordo e vamos votar favoravelmente a Adesão do Município de Almada ao Fórum Europeu para a Segurança Urbana. Tudo o que tenha a ver com o objetivo central para a manutenção da segurança, e proteção de pessoas e bens, é considerado como uma mais valia e um benefício para o Concelho. Contudo, Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores/as Deputados/as Municipais, como estava a dizer, a segurança urbana só pode estar assegurada junto dos cidadãos, se aqueles que têm como missão garantir a sua proteção, as forças policiais, verem garantidas as condições adequadas ao exercício das suas funções e da sua atividade. A segurança das pessoas e dos seus pertences, só pode ser assegurada quando essas forças policiais verem as suas reivindicações ultrapassadas, nomeadamente com melhores condições salariais, a progressão nas carreiras a tempo e horas e a atribuição de uma vez por todas, do subsídio de risco, tendo em consideração o perigo que os militares da GNR e os policias da PSP, estão expostos. Face a isto os profissionais das forças de segurança, não podem ser meros funcionários públicos de segunda, onde trabalham mais, incluindo fins de semana e feriados, e auferem menos. A título de exemplo, só este ano a GNR, abriram apenas sessenta e cinco vagas para Guardas Principais com promoção, deixando de fora cerca de 850 por promover. A nível dos meios humanos é necessário formar mais agentes da PSP e mais militares da GNR, para colmatar não só as aposentações, como também o ingresso em várias áreas das corporações que necessitam desse mesmo reforço. Já a nível material, apesar de alguma reposição, à necessidade de mais investimento em viaturas, tal como mais investimento para equipar os profissionais de segurança pública com melhor equipamento que possa contribuir para uma maior eficácia e proteção dos mesmos. No que diz respeito às infraestruturas, também aí, apesar dos anúncios de novas esquadras e novos postos e requalificação de outros, ficando por concretizar e aquém das expetativas, continuando a ser necessário mais investimento em infraestruturas. Senhora Presidente da Câmara, no caso do Concelho de Almada, e apesar de não existir um índice de criminalidade que se possa considerar elevado, pese embora um considerável sentimento de insegurança. Portanto, Senhora Presidente da Câmara, falta o posto da GNR no Monte de Caparica, falta transferir o Destacamento de Intervenção para a Charneca de Caparica e tínhamos aqui outras considerações a fazer, mas visto que o tempo está a esgotar, apenas quero dizer Senhora Presidente, que o CDS-PP sabe que a Senhora Presidente não tem responsabilidades diretas nesta matéria. Como é evidente a única responsabilidade que poderia ter seria na criação da Policia Municipal que também



deixamos há muito tempo como proposta. Mas queremos que a Senhora Presidente continue a pugnar junto da tutela para que possa criar melhores condições para as forças policiais do Concelho.”

6.6.2.2 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação a esta proposta especificamente, saudar obviamente a Câmara Municipal, por fazer a proposta de adesão a esta importante federação que trata de questões de segurança urbana, aliás, questões de segurança que não são só questões de polícia como muitas das vezes se quer tratar. Mas eu pedi a palavra também, não só para esta proposta, mas também por aquilo que acabou de ser a intervenção do CDS-PP. E o CDS-PP disse e bem, que muitas das questões que aqui trouxe, não são da competência da Câmara Municipal, mas são da competência do Governo. Governo esse que tem feito muito por aquilo que foram as coisas que ele aqui referiu. Aliás, nós vínhamos de um Governo do CDS-PP e PSD, que não investiu absolutamente nada nas forças de segurança, absolutamente nada nas forças de segurança, e neste momento, o Governo Socialista, tem uma Lei de programação nas infraestruturas e equipamentos para as forças e serviços de segurança, investiu cerca de 30.000.000.00€ (trinta milhões de euros) em veículos para as forças de segurança e terá mais 15.000.000.00€ (quinze milhões de euros) para investir até ao final de 2021, que já implementou e já concretizou bastantes melhorias em infraestruturas para as forças de segurança, já fez a aquisição de equipamentos de proteção individual para as forças de segurança, de equipamentos de funções especializadas e todos esses relatórios são apresentados em sede própria, que é na Assembleia da República. Aliás, há sempre o relatório à parte que vem juntamente com aquilo que é o RASU que é o Relatório Anual de Segurança Urbana, que foi há pouco tempo apresentado. E, portanto, se o Senhor Deputado Municipal do CDS-PP, tiver alguma dúvida sobre aquilo que tem sido o investimento do Governo do Partido Socialista nas forças e serviços de segurança, tem esse relatório para ir ver. Enquanto vier aqui simplesmente dizer, que falta um posto aqui ou que falta um posto ali, aquilo que eu pergunto é: o que é que o Governo do CDS-PP, enquanto lá esteve, fez pelas forças de segurança e onde é que estava o posto do Monte de Caparica, que nem sequer está previsto como o Senhor sabe e bem, como o Senhor sabe e bem, o posto territorial do Monte de Caparica não está previsto naquilo que é o dispositivo da Guarda Nacional Republicana, o Senhor sabe disso, e está aqui constantemente a vir desinformar a população e a vir desinformar esta Assembleia Municipal. E chega uma altura que temos que dizer a verdade. E também nesta matéria, o CDS-PP, não ensina lições a ninguém. Não ensina lições a absolutamente ninguém. Os sindicatos estão a ser mais do que ouvidos, aliás, o Senhor Deputado sabe perfeitamente, se não sabe é porque já não tem acesso aquilo que são os trabalhos do CDS-PP na Assembleia da República, mas é natural, porque agora são muito menos Deputados, percebe-se, mas o Senhor Deputados Municipal sabe perfeitamente que está a haver um diálogo social entre o Governo do Partido Socialista e os Sindicatos das Forças e serviços de segurança não só para as admissões, como para aquilo que é a sua progressão na carreira, como para aquilo que são os suplementos da sua carreira, como para aquilo que é a segurança e saúde no trabalho. E, portanto, volto a repetir, não tem a ver com esta proposta, mas em resposta especificamente ao CDS-PP. É que em matérias de segurança, o Partido Socialista sempre teve uma postura séria e não só a tem, como concretiza com investimento efetivo ao contrário do CDS-PP, enquanto esteve no Governo não concretizou absolutamente nada.”

6.6.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu irei partilhar esta minha breve intervenção com a Senhora Vereadora Francisca Parreira, para também responder às questões. Quero só dar nota, que relativamente ao novo Quartel da Charneca de Caparica, nós temos tido reuniões com o Ministério da Administração Interna, para se poder formalizar o projeto de obra. Havia uma questão que tinha a ver com o cadastro de alguns dos lotes, é daquelas questões que sempre se descobrem, quando se está a falar de novas cedências que era preciso regularizar. E, portanto, estamos a tratar da regularização dos terrenos para se formalizar algo que já está mais do que decidido entre o Município e o Ministério da Administração Interna, para se poder avançar com o projeto e inclusivamente com a obra para sim, que a GNR tenha um posto funcional, porque nós sabemos que onde estão nem sequer é funcional, nem permite a saída rápida, ainda por cima estão no Centro da Cidade, e ainda por cima que é da jurisdição da PSP.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Portanto, tudo isto causa alguns constrangimentos, o executivo, eu própria e a Senhora Vereadora, temos estado muito empenhados nessa matéria, para que se possa resolver o mais depressa possível.”

6.6.2.4 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dar nota e a Senhora Presidente da Câmara já referiu relativamente às questões que aqui deixou colocadas, uma das questões mais importantes para o Concelho de Almada, relativamente à segurança e o novo equipamento. Portanto, creio que o processo agora iniciado e em conversações, para bem de todos os almadenses e daquilo que é o desígnio e a missão de cada um de nós, será concretizado. Ele está pelo menos em evolução. Mas, não querendo repetir isto, queria lhe dizer que, deixar nota naturalmente e saudar essa sua visão de que a adesão do Município e a candidatura do Município a este fórum internacional, esta rede europeia, é verdadeiramente fundamental para a elaboração de estratégias, e também orientação em termos dos decisores e dos próprios eleitos, relativamente aquilo que é a segurança urbana, e é também um desidrato de maior prevenção e mitigação também, do sentimento de segurança ou de insegurança de cada cidadão e de cada almadense. Aliás, este é um desígnio também de outros Municípios que terão supostamente também, aderido a este Fórum Europeu. Dar nota que sabemos efetivamente, que as considerações que aqui deixou, são considerações mais de âmbito nacional quiçá regional e não tanto de âmbito local. Mas não pude deixar de estar atenta à intervenção da Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço. E não pude deixar de estar atenta também enquanto eleita local e cidadã, a muito daquilo que foi concretizado pelo Ministério da Administração Interna nos últimos quatro anos. E quero lhe dizer que desde logo, houve como sabe, reforço de operacionais. E isso foi visível também no Concelho de Almada. E o Senhor Deputado Municipal sabe que é verdade. Houve reforço na frota há muito também exigido e mais, houve inclusivamente reforço de instrumentos e outros meios, que eram efetivamente necessários para as polícias locais. Diz-se e é verdade, não está tudo feito, há um caminho longo a fazer. Ainda hoje há um deficit considerável para aquilo que é o próprio Concelho de Almada e a noção que queremos e ambição que temos para o Concelho, ao nível de recursos quer financeiros, quer operacionais, quer de frota, para estas forças de segurança. Mas para isso estamos cá todos naturalmente, para reclamar aquilo que os almadenses têm direito. E, portanto, vejo apesar de considerar que muito foi feito pela Administração Central neste momento, que o Governo tem feito um forte investimento na área da segurança, vejo com bom tom, que tenha uma ambição, mas que seja muito terrena, que ela se baseie naquilo de bom que tem sido concretizado também e que tem sido feito pela Administração Central. Agradecer-lhe as suas palavras e dizer-lhe que em política é mesmo assim, todos diferentes, todos iguais, e a democracia é esta vivência diária em que o sentimento de uns é o sentimento de alguns, em que de vez enquanto, ao encontro daquilo que é o desígnio grande de um Concelho o sentimento de todos é o sentimento de todos. E, portanto, Senhor Deputado Municipal, dar-lhe nota de que, ficamos felizes por saber que vai votar favoravelmente esta proposta apesar das considerações que aqui deixa.”

6.6.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea n), nº 1, do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 53º, nº 1, da Lei 50/2012, aprova a adesão do município ao Fórum Europeu para a Segurança Urbana (FESU), nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de junho de 2020.

6.7 – Entrou-se no ponto 3.11 da Ordem do Dia relativo a Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento Geral de Estacionamento, Paragem e Circulação na Via Pública”.

6.7.1 – O Senhor Presidente informou a Assembleia que este ponto da Ordem do Dia fora tratado na reunião ordinária anterior tendo baixado à 6ª Comissão Permanente. Informou ainda que a 6ª Comissão elaborou e apresentou uma grelha com as propostas de alteração de substituição ou de eliminação relativas a diversos artigos, indo de seguida proceder-se à votação dessas propostas e, no final, proceder-se à votação final global de toda a proposta de Regulamento.



6.7.2 – Usou da palavra ao Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE) presidente da 6ª comissão para apresentar o trabalho da Comissão.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A 23 de janeiro de 2019, foi proposto o lançamento para consulta pública do projeto de Regulamento de Estacionamento, Paragem e Circulação na Via Pública, como disse e muito bem. E finalmente a 9 de março de 2020, é trazido à Assembleia Municipal novo Regulamento. O Bloco de Esquerda, apresentou, entretanto, algumas propostas e por força das propostas do Bloco de Esquerda foi decidido baixar à 6ª Comissão Permanente. Permitam-me fazer aqui uma pequena introdução. Esta proposta, ou seja, a inclusão deste ponto, não estava previsto na ordem de trabalhos inicial e permitam-me já agora, porque tem que ser dito, não só é importante como é estritamente necessário, ficou registado em Ata da 6ª Comissão, um protesto de vários partidos não pela legitimidade da inclusão da proposta, porque não é isso que esteja em causa, é perfeitamente legítima evocando a urgência da Câmara Municipal, mas pela forma procedimental. Uma vez que em Conferência de Representantes realizada no dia 19 de junho, foi consensualizado que se faria uma reunião extraordinária para discutir exclusivamente esta proposta e dois ou três dias depois salvo erro, esta proposta foi incluída na ordem de trabalhos desta Assembleia Municipal de Junho. E um dos protestos foi feito pelo Bloco de Esquerda, foram vários partidos, mas o Bloco de Esquerda foi um dos partidos que discordou e protestou esta forma de cumprir o Regimento. Dito isto, eu queria fazer aqui uma pequena correção se me é permitido, que é no artigo 29º, e provavelmente foi por isso de redação, a nossa proposta original, inicial, diz: “o dístico de residente dá lugar a desconto na avença mensal de um lugar de estacionamento em parque subterrâneo na sua zona de estacionamento ou mais próxima caso não exista”. Entretanto, foi-nos proposto pelo Partido Socialista, e que nós aceitamos acrescentar ao texto e que diz: “o dístico de residente dá lugar a desconto de um lugar de estacionamento em parque subterrâneo gerido pela empresa municipal na sua zona de estacionamento ou caso não exista, num outro parque subterrâneo gerido pela empresa municipal em zona de estacionamento mais próxima”. O Bloco de Esquerda aceitou alterar a redação do texto, mas nesta proposta final que vem da Assembleia Municipal, diz que: “o dístico de residente dá lugar a uma avença mensal”, provavelmente foi um erro de redação, porque a proposta original mantém-se e é exatamente: “o dístico de residente dá lugar a desconto na avença mensal de um lugar de estacionamento em parque subterrâneo”. Portanto, eu creio que isto foi um erro de redação, porque nós não alteramos a nossa proposta nesse sentido, mantém-se exatamente como a proposta original é nesta questão. Portanto, era esta pequena correção que queria fazer, porque me parece importante, porque altera substancialmente o sentido da proposta. Dito isto, começaria por dizer que o Bloco de Esquerda, eu estou a falar como Presidente da Comissão, mas não deixo de ser Deputado do Bloco de Esquerda. O Bloco de Esquerda, não está aqui para complicar e está aqui exatamente, para melhorar as condições de estacionamento no nosso Concelho. E como tal, cedemos nalgumas situações e vou passar a enumerar:

No artigo 11º, em que a nossa proposta dizia: “para poder desenvolver uma política flexível de tarifas a Câmara Municipal de Almada, por via do presente Regulamento, fica autorizado pela Assembleia Municipal a poder variar as tarifas em vigor, numa margem até 25% do seu valor para o caso de aumento, sem limite no caso de reduções”. Ora bem, o que é que nós pretendíamos aqui? Tudo o que fosse para não onerar mais ou desonerar neste caso os munícipes, nós estaríamos de acordo que a Câmara Municipal decidisse. Para os aumentos nós estaríamos de acordo e entendemos que deveria ser a Assembleia Municipal a decidir. A nós e continuamos a pensar da mesma maneira, tudo o que seja para libertar os munícipes de encargos, nós estamos de acordo. Agora, tudo o que seja para aumentar nós pensamos que deve passar pela Assembleia Municipal. De todas as formas, para não sermos acusados de incoerência, decidimos eliminar o ponto todo. Nesta proposta que já frisei de aditamento ao desconto na avença mensal, também aceitamos alterar a redação do Partido Socialista. E mais uma vez, mostrando a nossa boa vontade e que todas as propostas boas nós não temos qualquer problema em ceder e eliminar as nossas propostas, uma proposta em que nós dizíamos: “as zonas de estacionamento que se encontrem dentro das zonas de comércio e restauração terão isenção entre as 12H00 e as 14H30”. O PSD apresentou uma proposta quanto nós melhor, e que diz: “como medida de apoio ao comércio local, ficam isentos de pagamento todos os veículos no período de almoço das 12H00 às 14H00”. Nós eliminamos a nossa proposta e subscrevemos esta proposta do PSD. E parece-me que não tenho assim mais nada de importante



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

para referenciar em relação às alterações das propostas. Houve algumas alterações que depois serão lidas penso eu, pelo Senhor Presidente da Mesa e nós passaremos então à análise em questão e a votação.”

6.7.3 – Usaram ainda da palavra o Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU), o Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE), o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS), a Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (Ind.), o Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.7.3.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dar nota de que, não vou debruçar-me sobre a maior parte das questões que foram ditas, até porque penso que não será particularmente útil, mas há apenas um aspeto que eu gostava de ressaltar que é o seguinte:

Relativamente ao artigo 29º referido pelo Senhor Presidente da 6ª Comissão, neste caso, o que está na proposta de metodologia de votação, é o copy paste do que foi do que foi enviado pelo Senhor Presidente da 6ª Comissão na tabela em que sistematizaram as propostas que iam ser sujeitas a votação. Portanto, não houve lapso nenhum da Assembleia Municipal nem da Mesa da Assembleia.”

6.7.3.2 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas duas notas. A primeira tem a ver com o dar esta informação ao Senhor Presidente, eu não recebi o email que referiu relativo à metodologia de votação, recebi apenas um email com a proposta de grelha para este ponto, porque a grelha não estava afixada, não recebi outro email, portanto, desconheço a metodologia que vai ser seguida. Depois, nos termos do artigo 45º, alínea c) do Regimento da Assembleia Municipal de Almada, o Grupo Municipal da CDU interpelar a Mesa sobre o seguinte:

Na reunião de Conferência de Representantes realizada no dia 19 de junho de 2020, foi consensualizada a realização de uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, especificamente destinada à votação final da proposta da Câmara Municipal, relativa ao Regulamento de Estacionamento, Paragem e Circulação na Via Pública do Concelho de Almada. A sugestão de realização desta Sessão Extraordinária, foi avançada pelo próprio Presidente da Assembleia Municipal. Fomos surpreendidos, entretanto, pela decisão unilateral do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de alteração da agenda desta Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, integrando aquele ponto. Decisão comunicada aos Senhores/as Deputados/as Municipais, através de correio eletrónico no dia 22 de junho às 18H32, pelo Senhor Assessor do Presidente da Assembleia Municipal Dr. Joaquim Barbosa. O Grupo Municipal da CDU, entende que esta decisão do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, embora tomada de acordo com a Lei, desrespeita o consenso obtido em sede de Conferência de Representantes. E sendo tomada sem qualquer consulta previa dos Representantes dos Grupos Municipais, que consensualizaram outra decisão, constitui um procedimento inadequado, desrespeitando os princípios básicos que devem presidir ao funcionamento democrático dos Órgãos do Poder Local, e não corresponde minimamente ao histórico desta Assembleia Municipal.”

6.7.3.3 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente às questões referenciadas, quero apenas referir o seguinte: A introdução do ponto na segunda-feira passada, processou-se de acordo com o que o Regimento prevê, com os prazos previstos no Regimento. Eu próprio na sequência, não antes, mas depois, tive a oportunidade de fazer uma reunião por videoconferência com todos os Presidentes/Coordenadores dos Grupos Municipais em que expliquei a razão pela qual tinha procedido à introdução na agenda e disponibilizei-me para assumir a retirada do ponto se fosse entendido que não havia condições para o votar nesta Sessão. Os Senhores/as Deputados/as Municipais, Presidentes/Coordenadores dos Grupos Municipais entenderam frisar que, consideravam inadequada a introdução do ponto e eu registei isso. Mas não puseram em causa a possibilidade de fazermos hoje a votação. E, portanto, se se mantiver aquilo que foi referido vamos avançar. Relativamente à última referência feita pelo



Senhor Deputado Municipal e Presidente Coordenador do Grupo Municipal da CDU, referir que o email foi enviado, para todos os Presidentes/Coordenadores, eu próprio acabei de verificar no meu smartphone que foi enviado para o endereço do Senhor Deputado Municipal, houve qualquer questão a que eu sou alheio e provavelmente o Senhor Deputado Municipal também será alheio. De qualquer modo a metodologia de votação é apenas a concretização do que foi o trabalho da 6ª Comissão em que participou o Senhor Deputado Municipal João Gerales.”

6.7.3.4 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente apenas para esclarecer, porque de facto, eu tenho aqui a compilação à minha frente que foi enviada, e diz exatamente que: “o dístico de residente dá lugar a desconto na avença mensal” e nas propostas alteradas e finalizadas do Bloco de Esquerda que nós enviamos para Assembleia Municipal diz exatamente o mesmo. Portanto, o erro de redação nem sequer foi meu.”

6.7.3.5 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, nós podemos ler para verificar que o que eu fiz foi um copy past e eu acabei de verificar que não há nenhuma discrepância, não há nenhuma diferença entre o texto proposto pela 6ª Comissão e o texto que foi aqui colocado. Mas podemos até certificar as cópias para depois poder verificar. Não há a mínima divergência.”

6.7.3.6 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há uma proposta do Bloco de Esquerda de alteração ao artigo 51º, que está na proposta que foi entregue e depois não está vertida no quadro que nos foi enviado e que seguirá como guião para a votação. É uma proposta de alteração ao Decreto-Lei que o Bloco de Esquerda incluiu e que até foi no seguimento de uma proposta que o Partido Socialista fez nessa última reunião e que fez com que a proposta do Partido Socialista não fosse entregue. Portanto, que está omissa no guião de votação se lhe quisermos chamar assim. De todo o modo e isso é facilmente corrigível, queria apenas dar uma nota de que, faço parte da 6ª Comissão e, portanto, pude testemunhar presencialmente o esforço que foi feito por todos os Deputados/as, por todos os Grupos Municipais, no sentido de que nós pudéssemos sair daqui hoje com um documento que está mais consensualizado, que incorpora todos os contributos de todos os partidos, esse é um esforço de louvar e é um esforço que eu acho que deve ser ressaltado e sobre o qual acho que todos os Senhores/as Deputados/as Municipais desta Assembleia Municipal, estão de parabéns, porque é verdade que nós também temos às vezes momentos em que o trabalho da Assembleia Municipal é menos frutífero, em que podemos até todos e todos os Grupos Municipais em determinados momentos exagerar em certas intervenções, mas o trabalho foi feito sobre este Regulamento, é mais uma prova de que a Assembleia Municipal de Almada funciona bem, aliás, como sempre funcionou ao longo dos últimos anos e que é também um exemplo ao nível das boas praticas do Poder Local Democrático do nosso país.”

6.7.3.7 – A Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente queria mencionar aqui duas ou três questões. Eu apresentei três propostas, não tinha apresentado no debate que fizemos na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal passada, e queria só mencionar o seguinte: relativamente à eliminação do ponto 4 do artigo 61º, o Bloco de Esquerda também apresenta uma proposta relativamente a isso, porém, a proposta que apresento de eliminação do nº 4, é porque só com a eliminação do artigo é que permite expurgar no fundo a ilegalidade que poderíamos estar a cometer que seria violar a Lei. Violando a Lei, todo o documento seria ilegal. Portanto, eu mantenho esta proposta. Era só no fundo para explicar, o resto já tinha falado, mas esta de facto ainda não tinha.”

6.7.3.8 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):



“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para dar aqui nota do nosso sentido de voto. O PAN não votará favoravelmente qualquer proposta que estimule a utilização de automóvel, não obstante seremos sensíveis à concorrência que o comércio local sofre com as grandes superfícies, onde o estacionamento é gratuito e também seremos sensíveis à reduzida oferta de transportes públicos na Costa da Caparica, nomeadamente, pela inexistência da ligação por metro de superfície. Nestes casos ir-nos-emos. Queríamos apenas fazer uma proposta para podermos votar favoravelmente o numero 14, portanto, a proposta 14 que o Bloco de Esquerda aqui apresenta, que no fundo seria uma pequena adenda, a redação corrente é: “o estacionamento no parque interfaces fica isento do pagamento de uma tarifa de segunda a sexta-feira”, e a redação que nós propomos é igual acrescentando: “desde que o utente disponha de título de utilização de transportes públicos validos”. Era apenas esta proposta que queríamos fazer ao Bloco de Esquerda. Se ela for aceite votaremos favoravelmente, se não abster-nos-emos no sentido e em coerência com o que anteriormente referi.”

6.7.3.9 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente da Mesa, só para dizer que aceitamos a proposta do PAN, em que acrescentamos esta redação à nossa proposta.”

6.7.3.10 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero só lembrar aqui dois ou três pontos que nos inquietam perante as propostas que nos chegaram também há pouco e, portanto, não tivemos propriamente tempo para as analisar. A primeira é que das alterações feitas não se ponha em causa a pareceria que existe já com a Via Verde e que é uma entidade exterior. Lembrar uma questão que eu percebo que é sensível para todos, mas que diz respeito à interface. Há dois interfaces, há a interface que está previsto no Regulamento se não me engano, é aquele da Fertagus, também está a ser gerido pela Fertagus, e, portanto, não sei se estavam a pensar no do Centro Sul, o próprio Centro Sul funciona bem, mas tem também um projeto de urbanização, um acordo já muito antigo da Câmara Municipal. E, portanto, quero só dar aqui esta nota relativamente à localização do projeto interface, a maior interface que existe e que está também previsto no Regulamento é o do Pragal. E, portanto, peço só essa questão que deve ser ponderada. E assim só de alerta, não tenho assim muito mais tirando de facto, estas duas questões. A questão da Via Verde, que é essencial, que tem melhorado em muito, o desempenho inclusivamente dos parques, e mesmo essa questão de passar de um parque para o outro vai exigir certamente um grande investimento para ver quais são as matrículas, porque normalmente está reunido em zonas e dizer que ter o alerta relativamente às interfaces. E se passar o facto de a Câmara Municipal não poder isentar totalmente, tenho de lamentar esse facto. Mas mais uma vez os Senhores/as Deputados/as Municipais são neste momento soberanos sobre essa matéria.”

6.7.4 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, tendo-se apurado os seguintes resultados:

6.7.4.1 – A proposta de eliminação do nº 1 do artigo 5º foi aprovada por maioria, com 24 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN e 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind), e 13 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias;

6.7.4.2 – A proposta de eliminação do nº 2 do artigo 6º foi rejeitada por maioria com 18 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind), 17 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, e 2 abstenções, sendo 1 do eleito do PAN e 1 do eleito do CDS-PP;



6.7.4.3 – A proposta de substituição do nº 2 do artigo 6º foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind), 1 abstenção do eleito do CDS-PP, e 17 votos contra, sendo 14 votos dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE;

6.7.4.4 – A proposta de aditamento de um nº 3 do artigo 6º foi aprovada por maioria com 19 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind), 1 abstenção do eleito do CDS-PP, e 17 votos contra, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE;

6.7.4.5 – A proposta de eliminação do nº 5 do artigo 11º foi aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind), e 17 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD;

6.7.4.6 – A proposta de substituição do nº 9 do artigo 11º foi rejeitada por maioria com 14 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 18 abstenções, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP, e 5 votos a favor, sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind).

6.7.4.7 – A proposta de aditamento de uma alínea g) ao artigo 12º foi aprovada por maioria com 23 votos a favor, sendo 14 votos dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind), e 14 abstenções, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias e 1 do eleito do PAN.

6.7.4.8 – A proposta de aditamento de um nº 6 do artigo 29º foi aprovada por maioria com 23 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind) e 14 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

6.7.4.8.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhores/as Deputados/as Municipais, acabaram de aprovar uma norma que impede a Câmara Municipal de baixar tarifas e agora vão votar uma proposta em que obriga a Câmara Municipal a fazer um desconto, mas se estamos proibidos de baixar tarifas como é que vamos criar um desconto?

6.7.4.8.2 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em esclarecimento à Senhora Presidente da Câmara Municipal. eu penso que falo em nome dos membros da Comissão, porque foi isto que lá foi debatido e era este o espírito da proposta. Aquilo que aqui está em causa, não é Câmara Municipal poder dar um desconto, é atribuir imediatamente e ficar definido em Regulamento, que os moradores que tenham um dístico de residente, têm desconto nos parques da WEMOB, nas avenças do



Parque da WEMOB. E é a Assembleia Municipal que está a tomar essa decisão. Não estamos a delegar nada na Câmara Municipal, ou a proposta da Assembleia Municipal e a partir do momento em que fica definido no Regulamento ou a Assembleia Municipal que toma esta decisão. E mais, não estamos a falar das tarifas do estacionamento que é regulado por este Regulamento, estamos sim, a falar num desconto nos parques de estacionamento da WEMOB que as pessoas que têm direito a um dístico de residente, passam a ter o direito a esse desconto na avença mensal. É tão somente isto. A Senhora Presidente fique descansada, porque a decisão, o incorporar já no Regulamento, não invalida em nada, aquilo que foi votado anteriormente no que respeita à alteração de tarifas pela Câmara Municipal. Espero que tenha ajudado a esclarecer e que tenha sido de acordo com aquilo que discutido na 6ª Comissão.”

6.7.4.8.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, fiquei sem perceber quem é que define o desconto. Se é a Assembleia Municipal, se é a Câmara Municipal, se é o WEMOB?”

6.7.4.8.4 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Essa proposta anterior não foi apresentada pelo Partido Socialista. Nós até, salvo, erro votamos contra. Aquilo que foi feito foi: eliminou-se o ponto que permitia à Câmara Municipal aumentar ou diminuir o valor das tarifas. Não está nada proibido. O que há é um ponto que dá essa liberdade à Câmara Municipal. Aquilo que está a ser discutido neste ponto é que há um desconto que é obrigatoriamente concedido aos portadores de dístico, que é alias, o que já se passa nos parques de estacionamento. Tenho ideia que foi também por isso, foi essa a argumentação que existiu para que fosse uma proposta consensual.”

6.7.4.9 – A proposta de aditamento de um nº 7 ao artigo 29º foi aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind) e 17 votos contra, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.7.4.10 – A proposta de substituição do nº 2 do artigo 51º foi colocada à votação, tendo o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS) esclarecido o seguinte:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, a proposta seria basicamente alterar o ponto 2 do artigo 51º, e ficaria com a seguinte redação: “podem ainda ser atribuídos lugares a pessoas com deficiência condicionada na sua mobilidade ou por quem legitimamente as represente, ao abrigo do Decreto-Lei nº 307/2003, de 10 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei 17/2011, de 27 de janeiro e pelo Decreto-Lei 128/2017, de 07 de julho, que sejam portadoras de cartão de estacionamento ou de dístico de identificação para pessoas com deficiência condicionadas na sua mobilidade ou portadoras de dístico europeu emitido pelo serviço competente para o efeito e também no caso. A parte final diz: “emitido pelo serviço competente para o efeito e também no de caso.

6.7.4.10.1 – A proposta de substituição do nº 2 do artigo 51º foi aprovada por unanimidade

6.7.4.11 – A proposta de eliminação do nº 4 do artigo 57º foi aprovada por maioria com 23 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind), e 14 abstenções, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias e 1 do eleito do PAN.

6.7.4.12 – A proposta de eliminação do nº 4 do artigo 61º foi aprovada por unanimidade.



6.7.4.13 – A proposta de substituição do nº 2 do anexo II (referente ao artigo 8º) foi aprovada por maioria com 18 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind), e 19 abstenções, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN e 1 do eleito do CDS-PP.

6.7.4.14 – A proposta de substituição do nº 3 do anexo II (referente ao artigo 8º) foi aprovada por maioria com 19 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind) e 18 abstenções, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP.

6.7.4.15 – Em votação final global a proposta de Regulamento Geral de Estacionamento, Paragem e Circulação na Via Pública foi aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind), e 17 votos contra, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea g), nº 1, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova, em votação final global, a proposta de Regulamento Geral de Estacionamento, Paragem e Circulação na Via Pública, aprovado em reunião Camarária de 06/01/2020, com as seguintes alterações:

- 1- *Eliminar o nº 1 do artigo 5º;*
- 2- *Substituir a redação do nº 2 do artigo 6º pela seguinte: “A CMA, por via do presente Regulamento, fica autorizada pela AMA a poder alterar as ZE existentes, salvaguardando que essa alteração não se traduza numa alteração dos Eixos de Rotação, constantes do Anexo I do presente Regulamento”;*
- 3- *Aditar um nº 3 ao artigo 6º com a seguinte redação: “As alterações de ZE previstas no número anterior deverão ser precedidas de auscultação local, a realizar no prazo mínimo legalmente previsto, mediante publicação em Boletim Municipal, num jornal de circulação regional e no sítio da internet da CMA e envio simultâneo à AMA para conhecimento”;*
- 4- *Eliminar o nº 5 do artigo 11º;*
- 5- *Aditar uma alínea g) ao artigo 12º com a seguinte redação: “Como medida de apoio ao comércio local ficam isentos de pagamento todos os veículos no período de almoço das 12h às 14h;*
- 6- *Aditar um nº 6 ao artigo 29º com a seguinte redação: “O dístico de residente dá lugar a desconto numa avença mensal de um lugar de estacionamento em parque subterrâneo gerido pela EM na sua ZE, ou caso não exista, num outro parque subterrâneo gerido pela EM na ZE mais próxima”;*
- 7- *Aditar um nº 7 ao artigo 29º, com a seguinte redação: “Sem prejuízo do número 2, a CMA fica autorizada a isentar os portadores de dístico de residente em qualquer ZE do concelho do pagamento de tarifa de estacionamento em parte ou na totalidade da Zona C descrita no Anexo I, correspondente ao território da Freguesia da Costa da Caparica”;*
- 8- *Substituir a redação do nº 2 do artigo 51º pela seguinte: “Podem ainda ser atribuídos lugares a pessoas com deficiência condicionadas na sua mobilidade, ou por quem as represente, ao abrigo do Decreto-lei 307/2003 de 10 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-lei nº 17/2011 de 27 de janeiro, e pelo Decreto-lei 128/2017 de 7 de julho, que sejam portadoras de cartão de estacionamento ou de dístico de identificação*



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

para pessoas com deficiência condicionadas na sua mobilidade, ou portadores de distico europeu, emitido pelo serviço competente para o efeito”;

9- Eliminar o nº 4 ao artigo 57º;

10- Eliminar o nº 4 do artigo 61º;

11- Substituir o nº 2 do anexo II (que remete para o artigo 8º) pela seguinte redação: “O estacionamento na Costa da Caparica fica isento do pagamento de uma tarifa durante a época baixa, de segunda-feira a domingo, entre as 8h e as 19h “;

12- Substituir o nº 3 do anexo II (que remete para o artigo 8º) pela seguinte redação: “O estacionamento no parque interfaces fica isento do pagamento de uma tarifa de segunda a sexta Feira, desde que o utente disponha de título de utilização de transportes públicos válido”.

6.8 – Usaram ainda da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a Senhora Presidente da Câmara Municipal:

6.8.1 – A Senhora presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as deputados/as Municipais;

Eu preciso de dar aqui uma nota. Relativamente à legislação dos regulamentos e regulamentos que foram objeto de consulta pública, quando há alterações substanciais isso significa uma nova votação, inclusivamente em Câmara Municipal, pelo que iremos pedir uma avaliação do nosso Departamento Jurídico, para saber se as alterações agora introduzidas serão consideradas substanciais ou não, para o bom desenrolar do processo. Porque de facto, devido ao número de alterações é bom lembrar que este Regulamento foi sujeito a consulta pública.”

6.8.2 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para que fique registada também a opinião do Presidente da Assembleia sobre esta matéria. É entendimento do Presidente da Assembleia Municipal, embora sujeito obviamente a contradição por parte dos serviços jurídicos, mas depois logo veremos, que a consulta pública se verifica e é realizada no contexto da proposta que é presente à Câmara Municipal. Uma vez aprovada a proposta em Câmara Municipal e aí, de facto, a consulta pública não pode ser desvirtuada, uma vez aprovado em reunião de Câmara Municipal, é apresentada ao Órgão Deliberativo que é a Assembleia Municipal, aliás, se a Assembleia Municipal não pudesse contrariar a proposta vinda da Câmara Municipal, não valia pena sequer fazer a votação na Assembleia Municipal. Mas, os serviços jurídicos da Câmara Municipal certamente que se debruçarão sobre essa matéria. Fica aqui de qualquer modo a minha declaração estritamente política sobre o assunto.”

7 – Tendo-se terminado a agenda, deu-se por concluída a sessão ordinária de junho da Assembleia Municipal, sendo cerca das 1h 20m.

8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as Senhores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Nuno Matias, Miguel Salvado, José Gonçalves, Amélia Pardal, António Matos e Luís Filipe Pereira.

9 - Foi verificada a presença na reunião dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 20 Senhores Múncipes.

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Minuta de Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

O 1º SECRETÁRIO



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

A 2ª SECRETÁRIA

Amélia Silva
